



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018

----- No dia sete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Antero de Sousa Correia com a seguinte ordem de trabalho:-----

----- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019; ----

----- 3 - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2019; -----

----- 4 - Participação variável no IRS do Município de Lousada para o ano de 2019; -----

----- 5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2019; -----

----- 6 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019; -----

----- 7 - Designação do Júri do Procedimento Concursal para Recrutamento de um Dirigente Intermédio de 2º Grau para o Cargo de Dirigente da Divisão de Assuntos Jurídicos; -----

----- 8 - Atribuição do Estatuto de Projeto de Interesse Municipal à empresa "Grupo Carpiairães, Lda." - Concessão de Benefícios Fiscais Municipais; -----

----- 9 - Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2018-2027); -----

----- 10 - Aprovação dos Investimentos Previstos no Empréstimo a MLP no valor de 990.734,52€; -----

----- 11 - Aprovação da Minuta do Contrato-Programa para o Ano de 2019 a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M.- Sociedade Unipessoal LDA; -----

----- 12 - Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M.- Sociedade Unipessoal LDA – Instrumentos Previsionais para o ano de 2019; -----

----- 13 - Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

E.M. - Sociedade Unipessoal LDA – Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 1.º Semestre de 2018; -----

----- 14 - Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA – Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 3.º Trimestre de 2018; -----

----- 15 – Documentos Previsionais da Associação de Municípios do Vale do Sousa para o ano de 2019-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Hugo Miguel Veríssimo Soares (em substituição de Júlia Maria Ribeiro), Maria de Lurdes Castro, Pedro Teixeira Mendes (em substituição de António José Mendes), Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (em substituição de José Bernardino Nogueira), Rui Fernando Vieira da Silva Pereira (em substituição de João Carlos Correia), Luciana Isabel Dias Martins (em substituição de António Filipe Barbosa), Sandra Maria Teixeira, Óscar Miguel Sobral da Silva (em substituição de João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca), Ricardo Bessa Marques, Eduarda Filipa Ferreira, Alexandra de Fátima Bessa, Maria do Céu Vieira da Rocha, José Manuel Gonçalves, Luís Filipe Oliveira, Jorge Manuel Furtado, Rúben João Bessa, Cidália de Lurdes Neto, Maria José Meireles, Antero de Sousa Correia, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Paulo Abílio Santos presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Aires presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Mesquita Pinto presidente da Junta de Torno, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, Cecília Manuela da Costa Nunes (representante legal de João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas), José Oliveira Nunes, presidente de Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinte e um membro. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Nunes, Cristóvão Simão Ribeiro, Cristina Moreira, Sandra Maria Silva e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que: Óscar Miguel Sobral da Silva substitui o membro efetivo João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que os elementos imediatamente a seguir na ordem da lista Ricardo Filipe de Moura Ribeiro e Diana Isabel Dias da Costa não se encontravam disponíveis por motivos profissionais; Rui Fernando Vieira da Silva Pereira substitui o membro João Carlos Pinto Correia que comunicou uma ausência por 30 dias; Sónia Cristina Lourenço Ribeiro substitui o membro efetivo José Bernardino Pinto Nogueira, que comunicou uma ausência por 30 dias; Pedro Teixeira Mendes substitui o membro efetivo José Pacheco Mendes, que comunicou uma ausência por dez dias; Luciana Isabel Dias Martins substitui o membro efetivo António Filipe Cardoso Barbosa, que comunicou uma ausência por dois dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, não se encontrava disponível por motivos profissionais; Hugo Miguel Veríssimo Soares substitui o membro efetivo Júlia Maria Ferreira Ribeiro, que comunicou uma ausência por dois dias e Cecília Manuela da Costa Nunes em representação de João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por vinte e dois votos a favor e nove abstenções dos seguintes membros: Hugo Miguel Veríssimo Soares (em substituição de Júlia Maria Ribeiro); Luciana Isabel Dias Martins (em substituição de António Filipe Barbosa); Alexandra de Fátima Bessa; Pedro Teixeira Mendes (em substituição de António José Mendes); Rui Fernando Vieira da Silva Pereira (em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

substituição de João Carlos Correia); Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (em substituição de José Bernardino Nogueira) Óscar Miguel Sobral da Silva (em substituição de João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca); Cecília Manuela da Costa Nunes (representante legal de João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas) e Diogo Agostinho Carvalho, presidente da Junta de Freguesia de Sousela. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos quando deram entrada na Assembleia os seguintes membros: Maria Cândida Peixoto Gonçalves Amorim Novais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente de Junta de freguesia de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal do PPP-PSD: «Senhor presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros dos Grupos Municipais, distinto público e comunicação. O que me trouxe aqui é acima de tudo colocar três questões ao senhor presidente da Câmara. Fomos apanhados de surpresa com a intenção do projeto de “*Construção de um Campo de Golfe*”, está nas atas, foi o senhor presidente da Câmara que numa das últimas reuniões informou os vereadores. Queríamos saber, primeiro, o que é que está previsto? A que nível estão as conversações? Sei que é um projeto que ainda vai demorar muito tempo, mas no fundo estamos a falar de quê? Que âmbito é que vai ter esse campo de golfe? E, gostávamos de ser informados. Quanto à linha férrea, o que se pensa para a linha férrea do Sousa, ainda na última reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, foi abordada essa questão, sei que estou a falar de um projeto que irá demorar, só o iremos ver daqui a dez, quinze anos. Neste momento, se calhar ou se calhar não, mas desde que nós, por muito modesta que seja o nosso contributo e o que possamos fazer neste momento, apesar de ser uma ideia ou se não é uma ideia é algo embrionário que está a ser pensado. Sei que o Dr. Pedro Machado teve numa das reuniões do conselho, nesse aspeto, se já começou a pensar em algo para Lousada, se sim, gostávamos de ser informados. Até que ponto irá ou não ter interferência com a atual estação de Caíde de Rei? Qual é o trajeto que está a ser pensado para a zona da Comunidade e em que valências é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lousada poderá ser beneficiada.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social. Queria fazer uma pequena reflexão, efetivamente sobre um assunto que está na ordem do dia e que tem a ver com o facto de a Câmara Municipal e muito bem, ter adquirido um terreno, aqui muito perto, para a supostamente construção do Mercado Municipal. Eu, pessoalmente, não sei, se em determinada altura teria referido isso, inclusivamente ao senhor presidente, pelo menos a um ou dois vereadores, acho que referi e a algumas pessoas com quem tenho falado, que de facto era um terreno muito importante para o concelho devido à sua centralidade, devido à sua localização e por aquilo que podia ser uma mais-valia para o presente e para o futuro nos investimentos que ali se podiam realizar. Fiquei surpreendido pelo destino a dar àquele terreno, pelas atas que li, por aquilo que fui sabendo que a Câmara Municipal, ia querer construir ali o Mercado Municipal. De facto, aqui há uma alteração efetiva daquilo que era a opinião do senhor presidente da Câmara, que em tempos de eleições de campanha eleitoral, referiu por diversas vezes que era favorável à Requalificação do Mercado Municipal existente e nunca ponderou e digamos manifestou-se contra à construção do Mercado Municipal de raiz, posição que nós PSD sempre assumimos, que seria uma mais-valia para o concelho e foi sempre uma posição nossa, do partido, tendo incluindo ainda a ideia de que a construção do Mercado Municipal de raiz poderia ter uma vantagem acrescida em termos de modernidade, em termos de serviço diferenciado para o comércio local e não só. Mas ficamos satisfeitos com essa ideia da construção do Mercado de raiz, não conhecemos efetivamente qual é o projeto que está para ali determinado, portanto estamos aguardar qual é a posição que a Câmara tem relativamente a um projeto, contudo, parece-nos, a mim pessoalmente e também ao PSD que tendo em conta o investimento ali realizado, por aquilo que sabemos na ordem dos 450 mil euros, que a construção do Mercado Municipal puro e duro será um investimento desmesurado relativamente aquilo que pode ser o retorno em termos de um tipo edifício para com aquele destino. Nesse sentido, o PSD irá iniciar em breve uma reflexão com os lousadenses sobre efetivamente a vantagem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sobre a oportunidade ou não de ali construir o Mercado Municipal, que tipo de construção, que tipo de estrutura é que se pretende para o Mercado Municipal. Aliás, porque tem sido uma discussão pública muito recente, embora, vindo detrás, criado pelo nosso companheiro Carlos Nunes, sobre uma petição sobre os Serviços Públicos em Lousada, que foi muito recentemente lançado nas redes sociais e que tem a ver com o facto da qualidade dos serviços públicos que nós temos em Lousada. E, passo a explicar, ou seja, nós temos um conjunto de serviços públicos desconcentrados, desde as finanças, a conservatória, os correios, etc., que estão em locais em primeiro lugar distantes uns dos outros, exigindo às pessoas uma deslocalização e portanto com uma dificuldade de mobilidade para muito delas e ainda por cima com a agravante que muitos desses edifícios não tem a qualidade mínima que hoje é exigida em termos de serviços públicos, ou seja, não só em termos da mobilidade que é exigida, mas sobretudo também na qualidade do edificado e dos locais a onde estão colocados. E, portanto a reflexão que o PSD quer aqui trazer à Câmara, a esta Assembleia é a pertinência que o Município poderá ter em construir ou possibilitar a construção de um edifício concentrador de todos esses edifícios públicos, incluindo uma Loja de Cidadão. Nós sabemos que há concelhos que neste momento estão a requer digamos estão em negociações com o governo para criação de Lojas do Cidadão que é uma possibilidade. Nós temos apenas um Balcão de Cidadão, que não tem os serviços de qualidade que os nossos cidadãos de Lousada merecem e era equacionar-se essa dinâmica de concentração de vários serviços, incluindo e passo a referir a possibilidade nesse edifício, uma altura cheguei a falar com o senhor vereador Manuel Nunes, que é uma área que acho que o concelho de Lousada precisa de pensar para futuro, não numa situação de museu que tivemos oportunidade de falar que não será talvez, a dinâmica que nós podemos ter, porque as situações dos museus, efetivamente tem uma grande qualidade ou tem uma grande capacidade de atração do público ou então acabam por morrer. Mas, era importante que nós pensássemos no concelho de Lousada, em ter um espaço onde pudéssemos concertar todo o espólio desde a arqueologia, desde o património do nosso concelho, da sua história. E, portanto ter um edifício que pudesse concentrar a esse nível um conjunto de património que está muito disperso. Algumas coleções, até particulares que permitam aos nossos cidadãos ter uma memória para futuro. Portanto era necessário que ao nível do concelho de Lousada se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

refletisse efetivamente e eu acho pela centralidade daquele terreno, pela centralidade que ele representa relativamente aos outros serviços municipais de se pensar que destino dar aquele espaço num serviço melhor aos cidadãos. Relativamente, ao mercado municipal, queria referir que nós temos vindo a refletir na possibilidade de que é possível construirmos um mercado municipal na feira. A feira é um espaço, digamos uma atração muito grande em termos de centralidade e é possível construirmos um espaço sem diminuir ali espaço que existe quer para os feirantes, quer para estacionamento da feira, incluindo a possibilidade de ali com uma construção, digamos no centro da feira, digamos em altura que permita a circulação inferior, digamos na parte de baixo é possível que nós tenhamos uma espaço para realização de eventos como feiras, como exposições e outras atividades, um espaço coberto. Debatem-nos permanentemente no concelho com um conjunto de atividades que vão sendo realizadas ao longo do ano e alugamos permanentemente stand's, montamos tendas para realização de atividades com custos acrescidos quando podemos com um único edifício concentrar na parte superior o mercado e na parte inferior o mercado que seria coberto, teria que ter uma estrutura, por exemplo a ideia que estamos a pensar e a refletir, um mercado que seria uma área circular, portanto um círculo na feira em que as pessoas do mercado teriam um acesso externo através, digamos da parte exterior para acesso às lojas, na parte exterior para acessos às lojas com os carros, portanto incluindo estacionamento, na parte interior os acessos aos comerciantes. E, tudo coberto com uma abóbada que permitiria, digamos ter um espaço amplo para no interior, digamos na parte da feira, porque tem quota, estamos a falar entre 3, 4 ou 5 metros de altura em alguns locais, permitir na parte de baixo circular. E, portanto permitir um conjunto de outras atividades sem custos adicionais e permanentes. E, portanto seria uma estrutura para futuro, refletindo, digamos ou melhor fazendo um investimento que teria um prolongamento para futuro. Esta é uma reflexão que deixo aqui, que se devia fazer um debate público, PSD irá iniciá-lo apresentando à população um conjunto de propostas nesse sentido, para que se possa tomar as melhores decisões, no sentido de preparamos o presente, mas sobretudo preparamos ainda muito mais o futuro.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). ---

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «A questão que o CDS gostaria de colocar aqui antes do Ponto da Ordem do Dia, era questionar o senhor presidente de Câmara, à semelhança do que fez o Grupo Municipal do PSD. Quais serão os impactos que o concelho de Lousada terá face à nova linha, que se fala do Vale de Sousa? Gostaríamos, de perceber se há desenvolvimentos nesta matéria, uma vez que já tem chegado notícias à comunicação social, um pouco por todo o país, inclusive já há órgãos de comunicação social, em termos nacionais, perceber se Lousada vai ser abrangido no projeto? Se haverá impactos ou a participação da Câmara no investimento, se o mesmo será da exclusiva responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, com a sua exploração pela CP? Gostaríamos de perceber em que moldes ou se há alguns desenvolvimentos ou se há novidades face a este projeto de desenvolvimento da Linha Férrea do Vale do Sousa.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, membros da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros elementos desta Assembleia, Público e Comunicação Social. Relativamente à questão dos Serviços Públicos, foi com algum agrado que vi a petição, mas mais uma vez achei que foi prematura e prematura porquê? Porque toda a fundamentação que sustenta essa petição me parece muito válida, no entanto há uma série de dados que é necessário aprofundar, nomeadamente a questão das acessibilidades, que é fundamental. A questão é: que tipo de contratos têm esse tipo de edifícios? Trata-se de arrendamentos, são propriedades do Estado? Que tipos de contratos têm? Sei, por curiosidade como é óbvio, como qualquer pessoa depois de ver uma petição por um serviço de Lousada, é óbvio que nós procuramos a nossa informação e sei inclusive que há dois, três anos houve essa necessidade, junto da conservatória, de se mobilizarem no sentido de procurar instalações adequadas, porque nós sabemos que elas não são adequadas. E a verdade é que a conservatória teve a possibilidade de lançar um concurso para um privado que se quisesse candidatar de modo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conseguir melhorar os serviços. A verdade é: isso não aconteceu, o concurso ficou deserto. Outra questão que se coloca é se os serviços centralizarem. Mas em que medida é que, com uma Loja do Cidadão, não se poderão perder valências, até porque nós sabemos que Modernização Administrativa assim o prevê. Na maior parte dos serviços, cada vez mais o fazemos online, mas isso não é acessível a toda a população. A questão que se coloca, se nós tivermos apenas uma Loja do Cidadão, é que pode haver diminuição de recursos humanos e digo isto porque tenho conhecimento que tem acontecido em outros concelhos e temos de ser cautelosos, porque com esta necessidade, nós podemos criar aqui um problema de falta de recursos humanos, logo serviço de menor qualidade para a população. Acredito sim, que nós possamos fazer uma investigação sobre o assunto, como lidar melhor com isto e junto de um Ministério, quem sabe, fazermos uma Moção, porque de facto em termos de acessibilidade a nossa população não está bem servida. É muito desagradável. Por exemplo, as finanças têm boas instalações, todos podemos concordar. No entanto, é muito mau alguém com dificuldades de mobilidade, ter de assinar um documento nas finanças, porque não tem boas acessibilidades. No entanto, acredito que o discurso deva ser esclarecedor junto da população, porque eu inclusive tive o cuidado de ver essa petição, neste momento tem 131 assinaturas, porque tal como eu, provavelmente a maior parte das pessoas não conseguem perceber em que medida é que nós temos ação autónoma para gerir este espaço e esta modernização e a localização num único espaço. Sobre a questão do mercado, antes de mais, eu acho acima de tudo que é um projeto que já tem uma base e como todos os projetos a que este executivo já nos habitou, são ponderados e muito acautelados. Aliás, o senhor Fausto teve aqui o cuidado de dar algumas sugestões, mas eu creio que algumas já estão esboçadas na mente do nosso executivo até porque uma das coisas que na Reunião de Câmara eu tive o cuidado de ler na ata é que o Sr. Presidente respondeu que o objetivo é criar um espaço agradável e multifuncional para organizar alguns tipos de eventos sobretudo a dinamização do comércio, feiras e outros eventos do género que podem passar a ser feitos nesse espaço, portanto no fundo não é apenas mudar para uma situação moderna, é acrescentar algo significativo, acima de tudo que traga uma mais-valia para o nosso comércio local. Acho que é isso que todos nós queremos e que todos podemos contribuir com ideias como é óbvio. Mas acho que quando alguém faz um investimento deste, tinha algo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

muito em mente desenhado.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu estava aqui a ouvir com atenção esta questão dos serviços públicos e da petição que o vereador substituto Carlos Nunes apresentou e ouvi a Maria do Céu dizer que é prematura e fiquei intrigada com essa palavra, porque acho que não é prematura, é tardia. Só é prematura, porque foi lançada por uma pessoa do PSD e portanto tinha-se que arranjar algum argumento, para ser contra, porque realmente ela peca é por tardia, porque já há muito tempo que nós ouvimos os comentários das pessoas que recorrem aos serviços como a conservatória e outras, que as palavras são “não tem jeito nenhum”. Eu já cheguei à conservatória e vi a senhora lá de cima trazer um papel cá em baixo para assinar, porque não conseguiam subir. Este e outros exemplos é isto que acontece. Eu não sei se tem cento e tal assinaturas a petição é provável que não seja mais, mas garanto-vos e tenho esta convicção plena de que a opinião das pessoas é muito diferente deste cento e tal. Eu acho que as pessoas estão convencidas que de facto se os serviços tivessem concertados com maior acessibilidade seria bom para a qualidade de vida das pessoas. Acho que isso é quase certinho. Agora, ouvi também os argumentos que estavas a dizer e realmente há uma série de argumentos claro que nós como cidadãos não temos poder de chegar ali dizer que isto tem que sair para ali e para acolá. Agora que é importante começar esta discussão, é. E, já devia ter começado há muito tempo, já. Foi iniciada pelo PSD, claro o PSD tem sempre esta visão olha mais para o futuro, já sabemos, é característico do PSD. Eu acho que a petição tem pernas para andar, está muito bem-feita, muito bem fundamentada, tudo o resto que falta, pois claro vamos construir, se pudermos construir todos juntos tanto melhor. Acho que não temos que estar agora uns contra aos outros, quem fez primeiro ou quem deixou de fazer, mas realmente o PSD fez primeiro.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu vinha só aqui dizer duas coisas muito simples. Em primeiro lugar, relativamente à questão da modernidade do mercado municipal de dar respostas novas, inovadoras, eu também disse isso. Eu não digo que o senhor presidente da Câmara, a câmara não tenha também essa visão, não disse que não teria essa visão, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

única situação que eu acho é que temos que ponderar qual o custo do mercado de raiz, cujo terreno custou quatrocentos e cinquenta mil euros, porque eu sei, ou seja acrescentando a construção do mercado que não sei quanto será, qual será o projeto que a câmara terá para o mercado, a juntar ao custo do terreno, qual é o valor final que ficaria aquele mercado municipal? Numa área que nós sabemos, num local que nós sabemos que tem capacidade construtiva, portanto a onde se pode realizar, efetivamente se calhar uma outra edificação com uma outra qualidade reservando um outro local para o mercado municipal, se calhar sendo a feira a custo zero ao nível do terreno, portanto só teríamos o custo da construção. Nós temos que ser de certa maneira inteligentes na forma como também gastamos, digamos os dinheiros, ou seja temos que adequar digamos o custo juntando com a rentabilidade e com o retorno que efetivamente cada construção irá ter, este é um primeiro ponto. E, também falei, efetivamente, penso e sei que era o objetivo da câmara que seja um espaço multifuncional e portanto a proposta que nós temos é que também efetivamente seja um espaço multifuncional, porque eu sei que a câmara tinha também um projeto e que estará com algumas dificuldades em o fazer avançar, que seria para a Praça do Românico, na construção digamos na espécie de um vulkro ou de um espaço fechado para um espaço multifuncional, mas se calhar era bom refletirmos qual o local mais adequado, centralizado, com mais acessos, com mais facilidades para esse tipo de eventos, para esse tipo de atividades conjugando inclusivamente a proximidade a um Parque Urbano a outras situações que também são relevantes, porque se pode juntar o comércio com lazer, essa é uma questão. Relativamente, à questão dos serviços e, da reflexão sobre os serviços relativamente também fique estranhado com a questão de ser prematura, realmente isto é uma questão impressionante. Isto depende de onde é que vem. Eu ouço há anos, quase desde o início que os serviços foram concertados ali, as queixas das populações. Se é um privado, mas por amor de Deus, tem que ser os privados a resolver as questões, que são do domínio público. Não, acho que a câmara tem aqui um papel essencial de ser digamos ter a vanguarda nesta solução, que é uma solução que de facto é das mais importantes para os lousadenses. A questão da mobilidade, a questão do acesso, até a qualidade dos edifícios, porque não é só a questão das pessoas, há em alguns edifícios que as pessoas, que os próprios funcionários não tem qualidade para estarem ali. Eu sei que a maioria deles são alugados e portanto tem contratos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

arrendamento. A câmara, claro que ao construir ou a possibilitar a construção terá também ali renda digamos nos serviços como muitas câmaras deste país, já o fizeram. Iniciam, um processo, no sentido de servir as populações, é para isso que a câmara foi eleita, para servir os cidadãos de Lousada e portanto tem que ter aqui uma iniciativa neste processo, que nós agora iniciamos. E, que era importante que a câmara pusesse esta a discussão, chama-se um conjunto de pessoas para refletir sobre o assunto para que nós projetássemos não só para agora, mas para futuro, porque isto que a vinte, trinta anos ou preparamos para esse tempo ou então depois com a construção que começa existir, depois não temos mais espaço. Temos aqui um espaço nobre, portanto à que fazer essa reflexão sobretudo a pensar nas pessoas.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Há uma coisa que realmente aprendi tenho que começar a pensar realmente nas palavras e prematuro, prematuro no avanço da petição e na divulgação junto da população, era só o que queria dizer, porque eu comecei por dizer que concordava em tudo com petição, não sei qual foi a parte que não perceberam. É prematuro avançar, dizer que temos de concentrar e passar a falsa ideia e demagoga de que tudo está na mão da autarquia. Até porque isso são serviços que cabe ao poder central, não cabe à autarquia, fazer diligências cabe, mas isto é confundir toda uma população, era isto que estava a querer que vocês percebessem, dialogar, dizer o que é necessário, sim. É nesse sentido que é prematuro lançar uma petição como depois se tivessem muitas assinaturas, nós vamos conseguir isso tudo. Eu disse que concordava em tudo com a petição. E, só há mais uma coisa que eu não tenho por hábito falar de visões de PS ou de PSD, mas nesse aspeto então agora vou ter de dizer o seguinte: se estes serviços estão lá, também não foi pela mão do PS e, portanto, isso é o que eu queria deixar claro. É que estes serviços, se a conservatória está aonde está, se as finanças estão onde estão e a segurança social tem os contratos que têm, meus amigos não foi pela mão do PS, portanto nestas alturas a visão do PSD nem sempre é muito à frente.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Onde foi definido o espaço das finanças, quer o local onde foi a conservatória, foram num determinado momento em que a especulação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

decorreu, os privados andaram atrás das coisas numa altura em que efetivamente o município se manifestou contra, de uma forma abundante, aqui neste espaço e tudo, provavelmente não se recordarão, se vierem atrás, fazer esse juízo de prognose. O que importa aqui é retirar estas consequências e ilações e avançar num processo em que o estado deve ter aqui um papel importante. A autarquia pode ser importante na ajuda a resolver algumas destas situações, que não criou, é importante dizer que não criou e, que efetivamente tem condições e eventualmente se o projeto assim o contemplar com o estado no sentido de encontrar uma solução mais consentânea para a população que é conhecida que não é mais confortável como aqui foi abundantemente dito. Mas eu não estou a falar na petição em si. Não tenho nada a obstar. Acho que o papel é importante para se encontrar soluções.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Boa noite. Começando por responder ao Dr. José Gonçalves, relativamente ao campo de golfe, não é propriamente uma supressa, este projeto já foi falado há uns anos atrás, antes da crise. Chegou a existir um esboço, um estudo prévio e depois, de facto, deixou-se de falar dele, porque como sabem entramos em crise e num clima pouco favorável para esse tipo de investimentos. Entretanto, falei neste assunto a propósito, salvo erro, da pista de pesca, exatamente na reunião de câmara. Dei nota do porquê do processo da pista de pesca ter atrasado, porque houve necessidade de o reformular para que ele se adapte e encaixe também no outro projeto que está em desenvolvimento. O projeto do Campo de Golfe não é um processo municipal, é um projeto privado, que está previsto fazer-se nos terrenos da Quinta dos Ingleses e que no fundo é um reatar do processo inicial. O que me dizem é que há investidores muito interessados nesse projeto e estão neste momento a finalizar o estudo de impacto ambiental, que é essencial para que depois submetam o pedido de licenciamento. Os investidores querem formalizar o acordo apenas depois de terem as licenças garantidas. Espero que não seja tarde de mais, porque se a expectativa for obter fundos comunitários, já não haverá muito tempo, o Portugal 2020 já está a entrar na reta final. E o projeto será muito complexo porque envolve terrenos com fortes condicionantes, como reserva agrícola e reserva ecológica, tendo ainda que existir o dito estudo de impacto ambiental. Sei que estão a dar o máximo de celeridade a todas essas diligências e por parte da câmara municipal temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

colaborado ao máximo, também na questão do estudo de impacto ambiental. E, portanto, vamos ver se será uma realidade, mas há de facto pelo conhecimento que tenho interesse em investidores em concretizar esse projeto. E, portanto seria ótimo para Lousada. Estamos a falar de um campo de dezoito buracos, que depois se inserirá numa lógica mais regional. Os praticantes de golfe não gostam de jogar apenas num campo, gostam de fazer um circuito. E, portanto para além deste, teria sentido haver mais alguns aqui na região, porque os que existem não cumprem essa necessidade. Relativamente à Linha do Sousa, ainda estamos numa fase muito embrionária. Houve um debate público sobre o PNI (Programa Nacional de Infraestruturas) e foi solicitado às Associações de Municípios, Comunidades Intermunicipais e aos próprios Municípios que elencassem projetos de grande envergadura que fizessem sentido e que pudessem ser considerados e eventualmente incluídos nesse PNI. E, portanto, para além de projetos que já se falam há décadas, com avanços e recuos como por exemplo o IC-35, os Municípios aqui do Sousa entenderam que teria sentido esta linha férrea. A ideia é ligar Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Valongo à linha do Douro. Num primeiro momento, os especialistas da área não levaram muito a sério essa ideia, mas depois de estudar o assunto consideram que quando houver condições para se falar da expansão da linha férrea, se há linha que faz sentido é esta e porquê? Pela vitalidade geográfica que estes concelhos têm e pela vitalidade económica. É evidente que neste momento é muito prematuro estar a falar já do traçado, mas a ideia era que houvesse uma estação aqui na vila e isso é que faria sentido, portanto não vai conflitar com Caíde de Rei de maneira nenhuma, pelo contrário e, será excelente para Lousada se esse projeto se vier a concretizar. Neste momento o nosso objetivo é sinalizar a necessidade e, portanto se esse projeto vier a ser incluído no PNI, já será uma grande vitória. Temos feito as diligências que estão ao nosso alcance para fazer ver a pertinência deste investimento. Tivemos há umas semanas um encontro com o Primeiro-Ministro e ele até comentou que estamos todos alinhados nesta defesa e percebeu que era algo que une estes Municípios e acredito que venha a ser possível sinalizar esse investimento no PNI. Entretanto, na segunda-feira vai haver uma conferência em Paredes, justamente para criarmos uma onda de defesa desse grande projeto, onde estarão governantes e representantes dos partidos políticos com assento parlamentar e, portanto, faz parte da estratégia e como disse se este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

investimento vier a constar do PNI, já será uma grande vitória. Em termos de timings é muito prematuro estar a dizer quando haverá condições para esse projeto. Mas o que nós dizemos é que se houver condições para a expansão de rede este projeto é prioritário, portanto esta é a nossa defesa. Relativamente à intervenção do senhor presidente de Junta da União de Freguesias Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga e todas as outras que seguiram, a questão que se coloca é porque é que nós estamos aqui a discutir isto? Porque é que apareceu essa moção? Foi porque o PSD teve uma visão, uma luz? Não, não é isso. Estamos aqui a discutir essa moção porque a câmara comprou um terreno, porque se a Câmara não tivesse comprado esse terreno, não estávamos a falar sobre isto e portanto se alguém vos deu um impulso para essa discussão, fomos nós. Senhor Presidente da Junta, a primeira vez que tivemos uma conversa sobre este assunto foi no almoço da Banda de Música, em Silves. Eu dei-lhe a novidade de que tinha acabado as negociações para a aquisição daquele terreno. Confesso que até surgir aquela oportunidade de negociar, não estava em cima da mesa essa possibilidade de construir ali um novo mercado. O que estava em cima da mesa e chegou a ser falado e está em ata de reunião de câmara era uma solução muito semelhante àquela que o senhor aqui hoje defendeu. E essa solução foi criticada pelos vereadores da oposição. Está em ata. Quando nós levamos à reunião de Câmara os projetos do PAR`U, julgo que foi no orçamento de há dois anos, previa-se nessa proposta a reabilitação do Mercado Municipal e eu fui criticado por falta de visão, por ir fazer obras num edifício que não tem as mínimas condições, que não tem espaço para o efeito e que devia procurar nas imediações um terreno com as condições necessárias para o efeito. Eu não sei se o Sr. Presidente da Junta falou hoje em nome do PSD ou se falou em seu nome, mas entendam-se e falem a uma só voz, porque assim ninguém vos entende. E o que eu disse na altura foi que, muito embora também preferisse construir um edifício de raiz, não estava a considerar essa hipótese porque as indicações que tinha por parte da autoridade de gestão é que a obra nova não poderia ser financiada. Estamos a falar de um programa de reabilitação urbana que é dedicado sobretudo à regeneração do espaço urbano, que prevê intervenção no espaço público e conservação do edificado. Entretanto, desde o início do processo deste programa de fundos comunitário, houve muitas evoluções. No início havia uma visão muito restritiva em algumas áreas que depois foi-se dissipando. Lembro-me, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

exemplo, que no início, numa reunião que houve na CIM com os técnicos da CCDR-n, diziam-nos que era de todo impossível os edifícios escolares serem contemplados pela eficiência energética e eu dizia-lhes que não percebia o porquê. Se havia problemas de eficiência energética nos edifícios escolares, porque é que eles haviam de ficar de fora do programa de apoio à eficiência energética, quando são aqueles edifícios que mais consomem energia nos Municípios? Naquela altura ainda havia aquele trauma de que Portugal tinha gasto demais em betão e asfalto no quadro comunitário anterior. E, por isso, tudo o que fosse nova construção estava fora de causa. Efetivamente, a Comunidade Europeia tinha a ideia de que nós tínhamos gasto dinheiro a mais em estradas e escolas. Entretanto esse trauma foi ultrapassado e como o terreno que vamos comprar tem um edifício com mais de trinta anos, pensávamos nós que iria ser pacífico apresentar uma candidatura para o novo mercado nesse terreno. Mas, pelos vistos, ainda não é linear que aceitem isso. Entendem, não sei com base em quê, que deveria ser só conservação e aproveitamento de edifícios existentes. Portanto o que estou a dizer é que, relativamente a esta possibilidade de termos um mercado novo naquele espaço, não é linear neste momento que essa obra seja financiada pela autoridade de gestão. Eu creio que a autoridade de gestão não tem a mínima razão nessa interpretação e tenho inclusivamente já um parecer da doutora Fernanda Paula Oliveira, que é uma especialista em urbanismo da Faculdade de Direito de Coimbra, que nos dá razão. Na próxima sexta-feira, no âmbito de uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal que é o III Encontro de Investidores da Diáspora, vai estar cá o senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e da Coesão e vou ter uma reunião para ver se consigo resolver este assunto. Para o efeito, poderemos ter que preservar aquele edifício, embora do ponto de vista arquitetónico é uma limitação, porque julgo que a obra resultaria melhor com um edifício novo, abdicando do que existe. Por outro lado aquele edifício é dos mais antigos e foi pedido pelo vendedor para que ele fosse aproveitado. Portanto, isto para dizer que é verdade e eu disse na reunião de Câmara que gostava de ver ali o Mercado Municipal, mas ainda não está garantido que o mesmo possa ser financiado ao abrigo do Programa da Reabilitação Urbana. Relativamente, à possibilidade de existir um edifício que agregue todos os serviços públicos, claro que sim, claro que faz todo o sentido, mas não tem que ser necessariamente naquele terreno, e volto a dizer que este assunto veio para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a agenda política, porque nós compramos aquele terreno, senão não estaríamos a falar sobre isso. É um assunto que estamos disponíveis para discutir. Julgo inclusivamente que aquando da construção do edifício dos serviços técnicos foi colocada essa possibilidade, de termos ali um espaço que pudesse acolher esse tipo de serviços. Estamos disponíveis para equacionar essa possibilidade e de ver com o governo se há abertura para esse efeito. E, não tem que ser necessariamente naquele local, há aqui outros locais centrais que podiam perfeitamente acolher esses serviços de modo centralizado e portanto aí estamos de acordo que faria todo sentido. Relativamente, à intervenção do Dr. Pedro Mendes, julgo também que já respondi. Relativamente, à eventual participação da Câmara nos investimentos, ainda é muito prematuro para falarmos sobre isso. Ainda sobre a intervenção do senhor presidente da Junta, ou eu interpretei mal ou a ideia com que eu fiquei da sua intervenção é que o Sr. acha que aquele terreno é bom demais para o mercado. Tem muita capacidade construtiva. É verdade, tem muita capacidade construtiva, mas a mim não me agradava nada ver ali um edifício em altura como este aqui ao lado dos Paços do Concelho. Julgo que a construção massiva não iria, de maneira nenhuma, valorizar o local. Agrada-me a ideia de ali haver uma construção mais leve, um projeto de arquitetura que seja uma referência. Cada vez mais os territórios se afirmam pela qualidade arquitetónica. Temos vindo a fazer essa aposta. E, como já aqui foi dito, queremos que esse edifício não se resume apenas ao mercado, que seja multifuncional, que tenha uma praça central que possa ser utilizada para outras valências. E, portanto este projeto em nada vem procurar substituir o outro que falou da Praça do Românico, que está ainda em cima da mesa. Vamos ter uma reunião na próxima semana com os proprietários que nos faltam chegar a acordo. Falta concluir as negociações com um dos proprietários. Vamos ver se conseguimos. Seria um projeto muito interessante e acho que o facto de termos esta polivalência, ter mais do que um espaço onde se possa fazer eventos, é importantíssimo. Fico espantado quando ouço aqui falar em falta de visão e estava aqui a recordar, porque também já ando aqui alguns anos, da falta de visão que nos acusaram aquando se pensou naquele projeto megalómano, aquele elefante branco que era o Complexo Desportivo. Estou a pensar por exemplo quando nós decidimos demolir o Estádio Municipal, fazer ali o Parque Urbano, que era um disparate, que ia ser um parquezito, pequenino, que não servia para nada, era apenas um jardim e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

também deve estar em ata, que o parque da Vila devia localizar-se entre o Centro da Vila e o Complexo Desportivo. E não é que aí ficasse mal, mas era preciso que houvesse condições para adquirir os terrenos. O certo é que na aquisição do terreno para o Parque Urbano nós gastamos zero. Gastamos só na aquisição da casa das videiras que abriu esta semana. De resto fizemos um bom acordo, com aqueles proprietários, que perceberam que podiam também retirar dividendos, sem necessariamente receber dinheiro em troca. E, portanto é assim que temos gerido a Câmara, olhando sempre pelos interesses dos nossos concidadãos e das finanças públicas, para que de facto não se ponham os ovos todos no mesmo cesto e para que se consiga realizar todos os projetos que gostaríamos de realizar. É evidente que não podemos fazer tudo no timing e com a celeridade que desejávamos, mas pouco a pouco vamos conseguindo. É nisso que estamos a trabalhar e independentemente daquilo que vier a ser feito nesse terreno, acho que a sua aquisição é um ato de boa gestão, porque dá-nos aqui garantias para o futuro e sobretudo evita que ali nasça mais um prédio em altura. Creio que não era o local ideal para nascer ali mais um prédio. E, acho que o preço é muito interessante e portanto acho que devemos estar satisfeitos por isso. E, já agora, quero dar nota que concluímos também as negociações para a aquisição de outros terrenos, nomeadamente mais seis vírgula cinco hectares junto ao Complexo Desportivo. Espero que não comecem já a ter visões para esse terreno e a pensar em projetos. A ideia de adquirimos o terreno é sobretudo para salvaguardarmos o futuro, de termos a possibilidade de expandir o Complexo Desportivo, com mais equipamentos e outras valências. E o que mais interessa é deixarmos condições para que no futuro aqueles que nos sucederem nas funções que desempenhamos tenham condições para fazer um bom trabalho e é nesse espírito que aqui estamos.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Neste ponto interpelar o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente. E, agora fiquei com estas últimas palavras, fiquei um bocadinho atónito, porque efetivamente o senhor presidente ao falar na capacidade construtiva e nos prédios que ali foram construídos parece que fez uma crítica ao seu antecessor que foi ele que os aprovou. Senhor presidente, eu queria esclarecer aqui algumas questões que acho que foram aqui ditas por si que não correspondem bem aos factos. Eu posso estar engando, mas efetivamente o assunto de se comprar aquele terreno, não soube só naquele almoço que tivemos, quando foi digamos o almoço feito pela Banda de Música de Lousada. Eu tenho uma ideia, talvez esteja enganado, que terei falado neste assunto consigo ou pelo menos se não foi consigo, foi com o senhor vereador Manuel Nunes, da importância de adquirir aquele terreno e já foi há muito, foi logo que ele foi colocado à venda. E, portanto da importância de adquirir aquele terreno e pelo que me parece foi dito na altura, *“Oh pá! Isso era interessante, mas o preço é muito caro”*. Era um preço muito elevado. Essa questão de adquirir aquele terreno, não é uma questão de agora, é uma questão que já se vem colocando há algum tempo e pelo menos tenho refletido isso com algumas pessoas, incluindo até com uma das pessoas que está ligada à família, à família que o vendeu e da importância que seria a Câmara adquirir aquele terreno, esse é o primeiro ponto, não me recordo, efetivamente quando é que foi falado isso, mas sempre achei que seria um terreno essencial para ser adquirido pela câmara. Segunda questão, que acho que é importante trazer aqui, que tem a ver com o facto de nós propormos alguma coisa em função de uma aquisição feita, quer dizer, isto quase parece que nós, digamos a oposição não se pode pronunciar efetivamente sobre nada e nem pode ter ideias ou dar contributos efetivos para decisões que estão neste momento em cima da mesa, pelo facto de quem adquiriu aquele terreno tenha sido a Câmara e portanto nós estamos excluídos de qualquer posicionamento, qualquer opinião sobre o assunto. Se a câmara o comprou o terreno, fez muito bem. Estamos ainda em tempo e nós estamos a alertar para isso, em tempo de refletir efetivamente sobre o assunto, é isso, que são convidadas as oposições a dar o seu contributo em tempo útil. Tenho dito aqui muitas vezes que às vezes lamento que nesta câmara não haja por exemplo mais debate e até períodos de discussão sobre determinados assuntos que interessam a todos e quando digo oposição também digo as pessoas. Relativamente, ao mercado houve um jornalista que foi interrogar os lojistas, as pessoas que neste momento estão no Mercado Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

perguntar a sua opinião, o que é que eles achavam do assunto, que tipo de projeto é que eles achavam que era interessante para eles, pode depois não se concordar, não que se fazer exatamente que todas as pessoas opinam, porque cada cabeça sua sentença. É importante que este concelho comece a ter um hábito de discutir abertamente e publicamente as coisas e que não seja só um conjunto de iluminados dentro do executivo municipal que decide tudo. Ninguém é iluminado aqui, nós também não somos, queremos é e civicamente e é isso que são chamadas as oposições, por isso é que estamos nesta Assembleia, senão então vínhamos cá assinamos todos o ponto e íamos todos embora, estava tudo pronto, estava tudo decidido, acho que não é assim. Acho que a cultura democrata exige que haja uma discussão mais aberta sobre determinados assuntos que interessam para o futuro para o bem para o mal. Relativamente à situação por exemplo do Parque Urbano, nós tivemos as nossas opiniões, nós defendíamos uma estrutura completamente diferente daquela, defendíamos uma área mais arborizada, uma área mais extensa, etc. Foi a opção que foi feita, não digo que esteja mal, ninguém está a dizer o contrário, mas era importante que se refletisse. A mesma coisa foi quando por exemplo para a recuperação do Centro Urbano, a discussão foi lançada muito tarde, vocês não a quiseram abrir e hoje há muitas questões que estão mal, que vocês próprios reconhecem. A rua de Santo António foi uma delas, foi muito mal recuperada, a situação mesmo da Avenida do Sr. dos Aflitos, hoje é nota comum ao ponto de vocês hoje mesmo virem refletir o que é que onde fazer agora para lá, porque efetivamente há um descontentamento muito grande das populações e portanto vocês questionam o que é que se pode alterar, o que é que se pode modificar em função daquilo que foi feito, se calhar se tivessem ouvido na altura a oposição, algumas coisas podiam ter sido melhoradas, talvez nem todas, outras talvez podiam ser piores, mas o importante é que haja debate, haja discussão, haja uma capacidade de ver e até sobretudo chamar outras pessoas, técnicos, comerciantes, agentes, uma discussão aberta que vejo em outros concelhos e infelizmente não vejo muito aqui. Relativamente, a este assunto acho que o importante que se deve retirar desta situação quer do mercado, quer da ideia de podermos ou não que é preciso estudarmos o assunto, vermos que contratos é que existem entre as Finanças e o dono do edifício, que contratos é que existem, que colaboração que existem, que possibilidade que nós temos. Acho que nos compete no meu ponto de vista à câmara, porque a situação não está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bem, é reconhecida por todos, ter aqui a iniciativa de iniciar um processo que resolva definitivamente esta situação para futuro, pode ser ali naquele local, pode ser noutro, como este assunto veio à baila neste momento, acho que é uma oportunidade de refletir sobre este assunto e vermos que soluções é que podemos retirar para futuro.» -----

----- Intervenção do Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Hoje a comunicação parece que começou com mal-entendidos e eu senti necessidade de vir cá dizer à Maria do Céu e a todos que quando eu disse que o PSD, tinha visão de futuro, não quis dizer que foi o PS que foi o culpado por esta situação, como é lógico. Aliás também tem a sua visão e terá tido noutras ocasiões visão de futuro senão não estava há tantos anos à frente da autarquia, como é lógico. Agora como já disse aqui uma vez, não vimos para aqui perder muito tempo com elogios, porque não há tempo para isso e portanto o trabalho da oposição consiste em contrapor, dizer aquilo que não está bem e aqui concordo plenamente com o Fausto, porque às vezes sinto uma coisa e queria partilhar isto convosco, às vezes é difícil em Lousada, ter uma opinião diferente, parece que, não é ser contra, porque não sou contra um Município, nem às pessoas que aí estão porque acho que fizeram muitas coisas bem, outras menos bem, mas quando se disse alguma coisa é se logo mal visto, olhado de canto, já está a dizer mal, acho isto pavoroso. Eu às vezes sinto-me até mal e até nem quero dizer as coisas, porque as pessoas olham para nós de lado, já senti isso várias vezes. Eu acho que isto tem que mudar, porque se perguntarmos a todas as pessoas que estão aqui ninguém quer que não haja oposição, se disséssemos a oposição vai acabar, agora não há oposição, ninguém queria, pois não? Ninguém queria, porque a oposição é um garante da democracia, se não houver oposição, não há democracia, é o caminho para uma ditadura. E, por melhor que todos sejamos, sem oposição todos vamos cair no autoritarismo do quero, posso e mando, porque só as minhas opiniões é que são boas, porque nós temos um egocentrismo natural. Nós achamos que todos a minha opinião se calhar era melhor o Parque Urbano ali, era melhor. Todos temos essa posição, não é. Agora tem que haver oposição num estado democrático, porque senão não é um estado democrático. Às vezes até me custa ser oposição, mas juro-vos que é mesmo verdade. Só que sinto que temos que fazer oposição, porque é necessária, é um garante da democracia e estamos a fazer oposição, pela população, pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lousadenses, por todos e tem que ser feita. E, portanto queria dizer estas palavras para não me entenderem mal e, muitas vezes quando intervenho de facto, nota-se um olhar de lado e isto não pode ser. Lousada tem que ter esta cultura democrática e não estou a dizer, não estou a fazer juízos de valor, dizer que as pessoas não são boas pessoas, são todas boas pessoas, certamente, mas tem que ter esta cultura democrática, não levarem a mal as coisas, não tem que levar a mal. Sobre os assuntos que temos vindo a falar, gostava de dizer outra coisa, em relação à petição, claro que aqui não é o momento para estarmos a discutir a petição, pois claro que não, não é um documento apresentado a esta câmara. No entanto, eu acho que também cumpre-me dizer isto em nome do Carlos Nunes, não está cá, mas acho que devo dizer isto, porque a Maria do Céu disse que foi uma petição para lançar a confusão, demagógica, eu não tenho nada essa ideia, devo dizer aqui com muita sinceridade, que acho que a petição foi uma decisão que se surgiu da avaliação de um conjunto de coisas e que tem uma intenção pura que é contribuir para a melhoria da vida de todos nós. Acho que não tem lá nada de demagógico, muito menos para lançar a confusão. Agora, é claro que não vamos discutir isso, até desafiava um dia pegar no texto e dizeres-me onde é que está a tentativa para lançar a confusão. Eu acho que não é um documento para trazer cá, porque ele não foi apresentado aqui a esta câmara, mas não creio Maria do Céu que haja essa intenção, certamente que não querias dizer isso, espero que não, porque acho que não tem de todo essa intenção de querer lançar a confusão ou ser demagógica, nada disso. Só está ali para contribuir para o bem-estar de todos nós e não creio que isso fosse do outro lado, eu diria exatamente que era uma boa petição, não tem nada a ver com o facto de ser do PSD, embora há bocado dissesse aquilo da visão do futuro. Em relação, ainda às questões que estávamos a colocar do terreno e do Mercado Municipal, ouvi com atenção o senhor presidente a dizer que só agora é que falamos nisto, porque se adquiriu o terreno. É óbvio que tinha que ser a câmara adquiri-lo, não era eu, porque não tenho dinheiro para o comprar, que tinha que adquirir e dizer à câmara está aqui, faça o favor, faça com ele o que achar melhor, é ridículo, é óbvio que tem que ser a câmara a comprá-lo. Agora como diz o Fausto acho que nós também devemos apresentar propostas, não estou a dizer que as nossas são as melhores, que as do executivo não prestam, mas pelo menos que nos ouçamos uns aos outros e daqui pode sair uma boa solução. E, tomara que a solução que saia daqui seja a melhor, ainda que não seja a nossa, tomara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que sim e que corra tudo bem como outras que já houve no passado e que também correram bem e foram boas e outras menos boas. Agora, acho que esta discussão como diz o Fausto é importantíssima, se nós não tivermos esta discussão na sociedade, se não a tivermos aqui, então não estamos cá a fazer nada, nós guiamo-nos por convicções. É óbvio que guio-me pelas minhas convicções, estou a dizer o que penso, posso não estar correta, posso. É óbvio que posso não estar, mas tenho o direito de o dizer, tenho a obrigação de o dizer, não é o direito, é a obrigação, porque o povo elegeu-me para estar aqui para o representar, se vier aqui ficar calada não estou a fazer aquilo para que fui eleita e portanto não estou aqui a fazer nada, só venho cá buscar o dinheiro, que nem sei quanto é? Quer dizer não faz sentido, a vida só faz sentido quando somos movidos por convicções e se não formos movidos por convicções e não falarmos, então não estamos aqui a fazer nada. Eu acho que devemos pensar nisso, não estou aqui em clima de criar atritos até porque estamos com espírito natalício e não vale a pena e os atritos não vale a pena na vida, porque o que vale a pena é realmente todos construirmos uma sociedade a onde nos entendamos e de vez enquanto desentendemos, mas depois entendemo-nos outra vez, isso é que é importante, porque eu saio daqui e tenho que ter a sensação de que as pessoas continuam a olhar para mim, não continuam a olhar de lado, porque nós estamos aqui para falar, é o sítio certo para falar e não estamos aqui para nos zangarmos e a seguir dizer: “Olha aquele, é este, é aquele”, não. Nós zangamo-nos aqui, mas isto é um pequeno confronto de ideias, não é nenhuma zanga de fundo, uma coisa que nos torne inimigos.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Há pouco esqueci-me de colocar algumas questões ao senhor presidente da câmara, é uma questão que não é recente, já tem vindo cá várias vezes, mas começo a ficar seriamente preocupado, que tem a ver com o problema dos animais nas ruas. Eu há dias mandei um *email* para a câmara a dar nota desta situação e a resposta que me disseram foi: “*Senhor presidente o canil está cheio, não temos mais espaço*” e eu fiquei assim! Quer dizer, isto é uma resposta que eu sei que é real, que é efetiva, de facto não há mais espaço, mas isso de fundo é quase que deitar as mãos ao chão e dizer pronto “*ok*”, o problema que se resolva por ele mesmo, porque eu tenho todos os dias casos de situações até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

alguma gravidade de cães em que as crianças têm que fugir, algumas já foram atacadas. Tenho um caso ali no Carvalho de cães que estão em casa e são ferrados por cães vadios, pessoas que têm galinheiros e que digamos com muito esforço conseguem produzir fica tudo destruído. Em Mós há um caso cada vez mais preocupante que é progressivas ninhadas e a população animal multiplica-se, porque está completamente descontrolada e portanto chegaremos a um ponto que eu não sei a onde isto vai chegar. É assim eu sei que a culpa não é da câmara, digamos diretamente desta situação, porque esta situação foi criada efetivamente por todos os partidos políticos com origem no PAN que fez aprovar uma lei, digamos de condenação do abate animal, sem se salvaguardar um período efetivo de resolver o problema do controle animal e portanto de responsabilidade às pessoas, que eu tenho dito isso muitas vezes, devíamos partir de um ano zero, onde digamos devíamos ter um controle animal efetivo, então sim, é que podíamos partir para uma lei muito bonita na teoria, mas depois na prática não funciona. Agora, eu muito sinceramente começo a ficar preocupado com o que é que se vai fazer, porque isto começa a piorar de dia para dia, portanto senhor Presidente, deixo-lhe esta preocupação, para saber mesmo até perante a Assembleia da República, porque este problema tem sido relatado inclusivamente pela Ordem dos Veterinários, por um conjunto de outras Câmaras Municipais que estão a sentir o mesmo problema. É necessário junto do Governo, da Assembleia da República que se coloque esta questão de reverter nem que seja temporariamente esta lei, para que seja permitido de certa maneira o abate salvaguardando sempre aqueles animais, cães ou gatos que estão numa situação de adoção e há sempre alguns, mas há um conjunto de outros que é impossível, não chegaremos a uma possibilidade efetiva de ter sempre os cães todos em todo o lado, é impossível, não há ninguém que aguarde. Outra situação, que também queria ainda sobre o mesmo assunto que há bocadinho falamos, queria colocar ao senhor presidente que era o seguinte: há bocadinho quando falamos que eu não fiquei a perceber, é uma dúvida que eu tenho? Afinal o Mercado Municipal é possível construir novo ou não é? Porque eu fiquei sem saber, porque fiquei na dúvida incluindo porque a câmara no projeto que apresentou no seu programa eleitoral não previa a construção de um Mercado Municipal novo. É que é uma alteração de filosofia, certo. Há bocadinho também houve uma confusão, porque eu pessoalmente e o PSD não defende a Reabilitação daquele mercado, não foi isso que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dissemos, defendemos a construção de um mercado na feira, de raiz e se foi possível e se a câmara apresentou uma candidatura para a reabilitação do Espaço Urbano, do espaço na Praça das Pocinhas para a construção da Praça do Românico, para um edifício novo de raiz, há uma reabilitação do espaço urbano, de um espaço público que implica a construção de um edifício de raiz. Eu questiono se o mesmo não poderia ter sido feito, relativamente à feira, reabilitando que também é espaço urbano, que é o mercado existente construindo um edifício de raiz, acho que há aqui uma coisa que me parece ou estou muito equivocado, porque são todos os espaços urbanos estão dentro do PARU, estão dentro digamos daquilo que é área de intervenção a nível urbano e um teve um tratamento e o outro teve outro, não sei porquê? Talvez por perspetiva, talvez por uma intenção inicial, gostava de esclarecer, porque não sei o que é que pensaram na altura.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Respondendo ao senhor presidente da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, com toda sinceridade, longe de mim ter pretendido criticar os meus antecessores, constatei apenas uma evidência. Não interessa para o caso, mas creio que esse edifício é do tempo do saudoso Presidente Amílcar Neto. É este edifício que está aqui ao lado, foi feito no tempo em que foi, hoje em dia seria impensável construir-se aqui junto à câmara, sem afastamento, mas isso foi apenas uma constatação, não foi crítica, acredite nisso. Relativamente, ainda à aquisição do terreno é evidente que a oposição pode dar sugestões e deve dar sugestões e é evidente que nós não nos consideramos iluminados e não iríamos fazer um investimento destes e o próprio projeto sem ouvir muita gente e consultar muitas pessoas. Agora, vocês também não podem querer é impor as vossas ideias. As vossas ideias são para ser ouvidas, são para ser ponderadas, mas às vezes também parece que só por ser uma ideia nossa vocês têm que ser contra e também não pode ser assim, porque esse argumento de não dever ser ali o mercado ainda não percebi porquê, confesso. Aliás, ainda fiquei mais confuso, porque afinal não sei a posição do PSD e não sei se aquela defesa que fez ali se é a defesa do PSD ou a sua posição pessoal. Fiquei sem saber. E, é legítimo mesmo no vosso seio que haja opiniões diferentes, isso é natural. E, portanto seguramente que o local é fabuloso e é tão válida a ideia do mercado como outra coisa qualquer que tenha interesse para o Município.

Lousada, 07 de dezembro de 2018 Pag.25



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Agora o que nós sabemos, e basta viajar um bocadinho, é que em qualquer cidade que se vá, um dos pontos de interesse é sempre o mercado. Há sempre essa curiosidade de ver como é o mercado e há alguns que são fabulosos, uns pela sua história e outros pela sua modernidade. Não sei se conhecem Roterdão, mas um dos ícones dessa cidade é o seu mercado, de arquitetura moderna e arrojada. É evidente que não vamos ter aqui orçamento para fazer um mercado como Roterdão, mas isto para dizer que são pontos de grande interesse e por isso a aposta na questão da arquitetura. Ainda sobre a questão do parque urbano disse o senhor presidente da Junta que na altura defendia uma área mais arborizada e mais extensa. Que devia ser mais extenso foi a crítica que nos fizeram no início, quando nós tínhamos apenas o estádio e o campo de treino. Claro que era pequeno e nós sabíamos que era pequeno, mas tínhamos já a expectativa de adquirir os outros terrenos. Estávamos em negociações e não gostamos de falar das coisas antes do tempo. Aliás, podia dar-vos nota de outras negociações que estão em curso, mas acho que não o devo fazer, porque podia inclusivamente comprometê-las. E, portanto tudo tem a sua hora. Relativamente a áreas mais arborizadas, aqui na vila não estou a ver onde? O ideal era acontecer o que aconteceu, por exemplo, em Vilar do Torno, porque de facto já tinha lá um espaço fabuloso com muitas árvores grandes que dão uma sombra que é muito importante para um espaço de lazer. Mas nem sempre há essa oportunidade e portanto aqui na área da Vila nós não tínhamos de facto áreas arborizadas que pudessem ser convertidas nesses espaços de lazer. Mas entretanto essas árvores estão a crescer e portanto daqui a alguns anos teremos aquilo que desejámos, que é de facto um espaço com mais sombra. Aliás, na minha perspetiva a única falha daquele parque é ainda não ter a sombra que nós desejámos que tenha. Relativamente, à Avenida Senhor dos Aflitos, falou aqui num descontentamento da população. Não é um descontentamento da população, é um descontentamento dos comerciantes daquela Avenida, que aliás já falaram comigo. Percebo os argumentos deles e estamos a equacionar a possibilidade de ir de encontro à ideia deles, porque a ideia que esteve subjacente ao projeto não foi bem acolhida, porque provavelmente ainda não estamos preparados para ela, e se calhar daqui a uns anos já estrariámos, não sei. E, portanto estamos a equacionar essa possibilidade. Quanto à questão dos animais na rua, eu não sei se o senhor presidente, quando fez o telefonema, se foi explícito que eram animais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

perigosos, porque quando se trata de animais perigosos temos atuado. O problema é que é difícil depois capturar, porque eles não estão lá propriamente à nossa espera. E, portanto se for uma situação grave tem que se atuar na hora, se for uma situação que não seja tão grave, nós temos dias pré-determinados para o fazer. Temos sentido também, por vezes, alguma resistência por parte da população, que escondem os animais, ou que não ajuda na deteção dos mesmos. Portanto é um processo difícil. Agora, naturalmente que se há manifestações de agressividade dos animais tem que ser resolvido, como é óbvio. Mas concordo inteiramente com aquilo que disse, é uma lei muito bonita, mas não foi devidamente pensada e de facto era determinante haver um período transitório que nos permitisse criar condições para depois ter a lei aplicada no seu todo e recursos financeiros também para que fosse possível concretizar os objetivos dessa lei. Questionou-me ainda se é possível, ou não é possível, disse que a Autoridade de Gestão entende que não, mas eu acho que eles não têm razão. E, portanto vou ver qual é a perspetiva do senhor Secretário de Estado e saber se no âmbito da reprogramação vai haver alterações ou não na conceção deste programa. O que eu acho é que, mesmo do ponto de vista conceptual, um programa de reabilitação urbana não pode excluir a possibilidade de se demolir e reconstruir ou de ampliar. Não tem sentido nenhum, a não ser que o edifício tenha um valor arquitetónico, aí sim há que preservar. Nalguns casos, a demolição até pode ser uma mais-valia muito grande, basta pensar na demolição de um barraco. Porque é que não se há-de poder demolir e reconstruir uma coisa em condições. Só assim é que conseguiremos o objetivo desejado de reabilitar os espaços, mas há essa visão restritiva, vamos ver se conseguimos uma solução consensual para o efeito. No limite tínhamos a possibilidade de ir pela via litigiosa, mas é sempre de ponderar bem o recurso a esses mecanismos, portanto está ainda essa dúvida em cima da mesa. Vamos tentar procurar esclarecê-la e na verdade disse, e bem, que no nosso programa eleitoral não está lá a construção do mercado de raiz, porque na altura havia essa ideia ainda mais vincada de que não era possível nada de raiz. A Praça do Românico é muito fácil de perceber são duas candidaturas, há uma candidatura para construir a parte inferior apresentada pela Rota do Românico a um outro aviso do património cultural, que é para as reservas visitáveis da rota e depois o nosso projeto aparece na plataforma superior, a praça em si mesma. E, portanto são no fundo duas candidaturas que se encaixam. Depois, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

responder à Dra. Cidália Neto, diz que é ridículo, o que eu disse é que a minha convicção é que só veio a debate esta questão da necessidade imperiosa de termos um espaço centralizado para os serviços públicos, porque nós compramos o terreno. É a minha perceção. A minha perceção é que temos que dar um impulso para que a oposição pegue nos assuntos. E, portanto a minha convicção é que a aquisição do terreno foi o mote para vocês colocarem a questão: o que é que se pode fazer ali que não seja o mercado? E relativamente ao olhar de lado, não sei quem a olha de lado, mas aqui a bancada do PS está de frente a si.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019 -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Senhor presidente da Câmara antes de passar há minha intervenção propriamente dita, quero-lhe dizer que eu ouvi com agrado e uma vez que vamos falar de números a intenção da câmara adquirir ou estar a pensar adquirir mais terreno, pelos vistos há alguma receita e vem aí mais impulso, sejam eles quais forem e esses impulsos de certeza que não nos poderão travar o nosso dever democrático de aqui dizer o que pensamos, como pensamos. E, agora falando de lado, mas sem qualquer posição de lado para com o Dr. Pedro Machado, até porque nos conhecemos há muitos anos e mantendo este tom leve, vou começar a minha intervenção por dizer, que quer na sua formação, quer no seu plano opcional estratégico o orçamento que hoje aqui é proposto à votação não corresponde às nossas opções, nem aos anseios dos lousadenses. Este não é o nosso orçamento, estas não seriam as nossas opções, como tal não podemos votar favoravelmente. Este orçamento é uma forma encapotada e escondida a pensar em 2021, ano de eleições, pior do que isso, demonstra uma vez mais na sua génese os recorrentes laivos antidemocráticos de quem não gosta de ouvir determinadas verdades e de quem não gosta de ouvir de quem não diz consigo que sim a tudo. Não fossem os vereadores da oposição em reunião de câmara, alertar e chamar a atenção para a violação clara e ostensiva à lei que aprova o estatuto do direito da oposição ao não os convidar e porque não dizê-lo também ao não convidar também os presidentes de Junta de Freguesia, estes não seriam ouvidos, não seriam achados sobre as propostas orçamentais e plano de atividades do executivo camarário. Só o foram mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tarde, uma semana depois, porque tiveram a coragem democrática de fazerem prevalecer direitos fundamentais de qualquer democracia europeia, mas foi preciso uma vez mais que o fizessem. Este comportamento dos eleitos do Partido Socialista, na Câmara Municipal de Lousada, é totalmente antidemocrático, uma coisa é vencer eleições, outra coisa bem diferente e ter maturidade política para governar em democracia, que se pressupõem entre outras coisas consultar e ouvir as propostas dos demais eleitos e representantes dos lousadenses como decorre novamente da lei. Nós, PPD/PSD Lousada soubemos reconhecer os resultados eleitorais, somos oposição, não somos executivo. Assim remetemo-nos ao papel de oposição e no domínio das suas principais funções que são entre outras tão simples como esta: fiscalizar a atividade da autarquia, apresentar ideias e sugestões, apresentar em caso disso reclamações dos lousadenses, que legitimamente continuam a ver representados nos eleitos do PSD, em suma o direito à consulta prévia de audição sobre propostas dos respetivos orçamentos, foi respeitado e observado, não, não foi. É a primeira vez que acontece uma vez mais, não, claro que não. A oposição tem recomendações e propostas para lançar para cima da mesa que merecem provisão no Plano de Atividades e Orçamento do Município, tem, sempre teve. As suas propostas são exequíveis não ferindo as limitações orçamentais do Município, são sim. É tudo uma questão de opções. Senhor presidente da Câmara Dr. Pedro Machado, não basta a desculpa de que a votação do orçamento tem como limite, em termos de executivo camarário o dia 31 de outubro ou de que os presidentes de Junta são auscultados de forma continuada e depois em reunião de câmara, afirmar que o presidente desta ou daquela Junta não lhe tinha dito este ou aquele anseio, que não sabia, que desconhecia tal pretensão. Essa pura e simplesmente não é a forma de agir em conformidade com a lei, mas vamos à vossa proposta orçamental para 2019. Está previsto um aumento na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros, em resultado do aumento previsto da receita do IMT, na ordem dos quatrocentos e oitenta mil euros e do aumento das transferências correntes do estado, na ordem dos oitocentos mil euros. É verdade que a receita o IMT, é uma mera previsão, poderá ser como não poderá ser depende do comportamento do mercado imobiliário. Mas não é menos verdade que este orçamento situa em valores abaixo dos orçamentos apresentados em 2009, 2010, 2011, 2012, 2014 e 2015, pois 2019 não é ano de eleições, como o compreendemos Dr. Pedro Machado, não vai a votos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

este ano, não é? Nesta proposta de orçamento temos uma diferença de dois milhões e meio entre Receitas Correntes e Despesas Correntes, permitindo a sua alocação a Despesas de Capital ou Investimentos, mesmo assim a aquisição de bens de capital (investimento) situa-se na ordem dos cinco milhões e meio absorvendo a totalidade das Receitas de Capital, por outro lado as Despesas Correntes têm um peso de 74,7%, no valor global da proposta de orçamento. Senhor presidente estamos a falar cerca de $\frac{3}{4}$ do orçamento global em Despesas Correntes, pior ainda, estamos a falar em cerca de 90% do valor global das Receitas Correntes, que é alocado às Despesas Correntes. As despesas com o pessoal continuam a pesar excedendo a um valor de 10.361.657,80€ (dez milhões, trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos), ou seja mais duzentos e vinte mil euros que no orçamento do ano em curso 2018, repito cerca de mais de duzentos e vinte mil euros do que em 2018. Esta proposta de orçamento para 2019 e o PPI 2019/2022, que na verdade não vai além do ano 2020, tem muito daquilo que tem sido a marca genética do PS, uma gestão corrente do dia-a-dia, somente impulsionado pelos alertas de fundos e financiamentos públicos. Aqui chegados até apetece perguntar, Dr. Pedro Machado, para onde foram muitas das suas promessas do seu executivo, dos seus pares, na última campanha eleitoral para o mandato 2017/2021? Já se esqueceu ou agora que não dão jeito sobre o pretexto de constrangimentos financeiros do Município, esses constrangimentos financeiros não existiram na hora do voto, do querer ser reconduzido sobre o pretexto que fosse, prometendo tudo a todos. Dr. Pedro Machado vou relembrá-lo, consta das suas promessas eleitorais a Construção da Casa da Juventude de Lousada, Construção de um Lar Residencial, Alargamento da Resposta Social de Creche, Reabilitação do Bairro Dr. Abílio Moreira, Construção de uma Pista de Pesca Desportiva, Criação de uma Incubadora de Empresas e de Indústrias Criativas, Criação de Parques e Circuitos de Moinhos, Criação do Portal Empresarial do Concelho, Criação e Dinamização de Novas Zonas de Acolhimento Empresarial, etc. Estes são apenas alguns exemplos não previstos no Plano Plurianual de Investimentos, por si prometidos em campanha eleitoral, com exceção à que referi-lo que o já leva há vários anos de dois prometidos e nunca concretizados investimentos, vou-lhes dizer: 5.000,00€ cada para as novas Zonas de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei e Ordem, numa demonstração clara de uma constante incapacidade de concretização destas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

obras ou será que as mesmas são mantidas por vergonha eleitoral, não passando de meras e vãs promessas. Perguntam-nos onde estão as vossas propostas miraculosas que irão alterar todo paradigma deste orçamento? Senhor presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, como sabe de miraculosas nada têm, apenas lhe entregamos um vasto elenco de propostas a pensar no bem de Lousada e no melhor para os lousadenses. É evidente que não seriam todas exequíveis num só orçamento anual, também o sabemos, mesmo assim temos de vincar algumas dessas propostas que não necessitam de quaisquer cortes nas despesas, a duplicação da verba destinada à atribuição das Bolsas de Estudo a lousadenses que frequentem o ensino superior de cerca de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) para 50.000,00€ (cinquenta mil euros). Inclusão no orçamento do montante de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) para conclusão da rede iluminação pública, para que definitivamente e de uma vez por todas, todos os residentes em Lousada tenham iluminação pública junto das suas habitações. Aumento de cerca de 20%, nas transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, no âmbito do protocolo de obras e melhoramentos, a que corresponde o montante global de 115.000,00€ (cento e quinze mil euros). Atenção, aqui alertamos para a necessidade de obras de reparação e manutenção nos estabelecimentos de ensino, de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. Atenção, ao que está acontecer nos centros escolares de Nespereira e Casais e novo Centro Escolar de Figueiras, este a necessitar urgentemente de obras estruturais, cujos montantes não podem ser suportados exclusivamente pela Juntas de Freguesia. Como facilmente pode constatar continuamos com o total disponibilidade para colaborar, contribuir e proporcionar a todas os lousadenses uma melhor qualidade de vida. Aliás, como todos sabem não é a primeira vez que apresentamos propostas, seja em sede de programa eleitoral ou em sede de discussão do orçamento que apelidam de irrealistas, demagógicas, populistas, irrealizáveis, mas como a médio prazo se apropriam destas nossas propostas para fazer de conta que desde sempre foram vossas opções, querem exemplos: prolongamento do horário de abertura e funcionamento das escolas do 1.º ciclo, uma proposta nossa que acabaram por implementar, transportes escolares gratuitos, outra proposta nossa que acabaram por implementar, mais um exemplo, exames médicos e seguros aos atletas lousadenses e tantos outros exemplos que poderia citar. Para além de existir outras propostas nossas que não tendo ainda sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

implementadas, os lousadenses reconhecem a sua mais-valia para o desenvolvimento do concelho, sim Dr. Pedro Machado, o tempo vai nos dar razão. Término, este é o vosso orçamento, não é o nosso, pelo que nos abstermos. Mas vincamos os nossos alertas, as nossas reclamações e os nossos contributos. O que pretendemos Dr. Pedro Machado que daqui a um ano nenhuma destas observações faça mais sentido apresentar e que no final de contas o exercício democrático da ação política seja sempre a favor de Lousada e dos lousadenses, não do partido A, do grupo B ou da família C.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Senhor presidente da câmara face ao orçamento que hoje é apresentado, se me pergunta, se é o meu orçamento, não é. Este orçamento à semelhança do que já foi dito não representa muitas das ideias e soluções que foram apresentadas pelo CDS, em conjunto com o PSD na Coligação Lousada Viva. E da forma como fomos eleitos gostávamos de referir que havia muitas medidas que poderiam ser introduzidas, preparar a estrutura financeira da câmara para serem implementadas como vimos dizendo ao longo dos últimos anos, uma delas a redução do IRS, que compete à câmara de forma progressiva para desonerar a carga fiscal dos lousadenses, preparando a estrutura de custos da câmara de forma a torná-la menos rígida, mais flexível e menos permanente. Contudo e porque o tempo que tenho disponível não é muito, gostaria de mencionar que não posso vir aqui dizer que o orçamento não é um orçamento equilibrado como os números demonstram este orçamento é um orçamento que tem uma estrutura financeira equilibrada, que mantém o endividamento da câmara, pelo que se amanhã o CDS fosse chamado a governar os destinos da autarquia lousadense, não consideramos que afetaria a nossa capacidade de executar o nosso programa e a nossa governação, contudo, acreditamos que pode ser feito mais, poderemos ir mais longe e poderemos adaptar a estrutura financeira da câmara para desafios futuros tornando-a mais flexível e menos rígida. Aproveitando que também se discute o Plano de Investimentos, gostaria de colocar algumas questões e até aqui há uma questão que o senhor presidente da câmara tem mencionado, que é o fim dos Fundos Comunitários para extensão das redes de águas residuais, frequentemente designadas como saneamento. Gostaria de perguntar-lhe uma vez que está neste Plano de Investimentos, qual é que é a taxa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

acessibilidade neste momento que a rede de águas residuais tem ou seja qual é a percentagem de população lousadense que tem a rede disponível? Qual é que é a taxa que a câmara quer ter como objetivo se são os 100%, toda a população ter à sua porta a rede, se são 90, se são 80. Qual é o plano temporal em que prevemos atingir essa taxa de acessibilidade e se vai ser necessário recorrer a novos Quadros de Fundos Comunitários, como o senhor presidente da Câmara já mencionou aqui em mandados passados e em sessões passadas, os Quadros Comunitários cada vez menos mostram disponibilidade para este tipo de obras como tal gostaríamos de saber de que forma a longo prazo a câmara pensa levar esta necessidade básica a todos lousadenses? Numa perspetiva global, o CDS considera que o orçamento como já referi é equilibrado, contudo não reflete as ideias que nós defendemos quando apoiamos Dr. Leonel Vieira em 2017 como tal vamos abster nesta votação.» -----

----- Intervenção da Sra. Eduarda Ferreira do Grupo Municipal do Partido Socialista: “Excelentíssimo senhor presidente da mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia e restante público aqui presente. A análise aos documentos que nos são apresentados no âmbito do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos são acima de tudo elementos de debate político para além de todas as questões técnicas que, evidentemente, também são válidas. Mas como grande parte de nós não tem formação na área, salvo honrosas exceções, que poderão ter uma visão mais concreta dos números aqui trazidos, gostaria de tornar esta intervenção curta e bastante clara para todos. O Orçamento apresentado a esta Assembleia, e já aprovado em Reunião de Câmara, segue a linha de rigor que este executivo nos tem vindo a habituar e que tem sido comprovado por vários estudos de entidades independentes a nível nacional, particularmente e mais recente o Conselho de Finanças Pública, no seu último relatório sobre os Municípios. É preocupação central do PS Lousada que o concelho possa ser desenvolvido como um todo. Foi esta a marca imprimida no último mandato com um alargado conjunto de investimentos de realce nas mais diversas freguesias, investimentos esses que se mantém, mas sempre numa lógica de consciencialização orçamental. Mas quanto ao PPI já lá iremos... O Orçamento destaca uma boa notícia e que nos leva a congratular o governo perante esta medida. O reforço das transferências na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ordem dos 760.000€ é uma boa notícia, estando certa de que este valor permitirá alguma sustentabilidade orçamental para 2019. Ademais, com os sucessivos cortes nas transferências desde 2010 como todos sabem, o Município viu-se forçado a uma gestão muito contida e só fazendo jus à nossa excelente situação financeira foi possível não parar de investir, mesmo havendo necessidade de contrair empréstimos com juros reduzidos. Mas também nos cabe ser responsáveis e não achar que chegou a "árvore das patacas". Este reforço deverá também servir para acomodar o pagamento de empréstimos que no passado recente foram feitos, portanto também é isso que deverá ter aqui em conta com este orçamento. Mais importante que isto é na linha da nossa defesa do desenvolvimento integral do concelho, é com muito agrado que foi possível reforçar as verbas às Juntas de Freguesia com a celebração de dois protocolos. O primeiro feito no ano passado que gerou um acordo com todos os Presidentes de Junta, e o último firmado na passada quarta-feira com um aumento de 25%, o que permite que as Juntas possam trabalhar com mais eficácia e garantias de que a Câmara é de facto um parceiro que está ao lado das juntas de Freguesia sendo essa a imagem e mérito que deve ser passado aos cidadãos e reconhecido por todos. Estou certa que o inverso é também verdade e esta relação de colaboração tem frutos para continuar. Numa pequena abordagem técnica e após ter-me referido ao aumento da receita, este deve ser analisado com cuidado e não em putativas previsões, como erradamente poderá ser visto o caso da receita com IMT, como convenientemente já foi somado contabilisticamente nas intervenções dos senhores vereadores do PSD. Há que contar com a realidade e não tanto com as previsões, por isso, a realidade são os valores efetivamente constantes no Orçamento de Estado. Quanto à despesa, segundo o relatório apenso ao Orçamento, este mantém uma estrutura idêntica a 2018, havendo um aumento de 2.2% de despesas de pessoal devido à integração de pessoal ao abrigo do programa dos precários (que julgo ninguém colocar isso em causa), assim como subidas de carreira dos funcionários já existentes no município. Neste ponto, parece-me que não podemos criticar de todo este aumento de despesa quando todos sabemos que o número de funcionários desceu drasticamente nos últimos anos, e muito menos quando todos, sem exceção que se aproveitassem os atuais funcionários que, possuindo novas formações e novas competências, pudessem ser conduzidos para outra categoria profissional. Quanto às despesas de capital, estas têm tendência a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aumentar dependendo da existência e aprovação de candidaturas e financiamento. Em sùmula, temos visto nos últimos nos um constante apoio do Município às Instituições locais com a cedência de materiais, com execução de obras, com pagamento de subsídios e, ainda, ultimamente um aumento substancial na excelente iniciativa que é transversal a todas as associações existentes nas mais diversas freguesias que se corporiza no pagamento dos exames médicos e seguros desportivos. Tudo isto é investimento. Tudo isto é dinheiro inserido em Lousada e que de certeza melhorará o nosso concelho. Mas também tudo isto deverá ser valorizado para que seja possível avaliar este orçamento com justiça. Obviamente que apoiamos este Orçamento que ouvi e satisfez a esmagadora maioria das pretensões dos diversos intervenientes políticos e da sociedade, mantendo assim uma premissa difícil de ocorrer nos dias de hoje que é impostos reduzidos, rigor, transparência e investimento moderado.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Câmara, relativamente a este orçamento, gostava de trazer aqui um ponto que nem era para falar, mas parece que alguém já anda cansado de tanto agitar os dedos, aqui a mandar mensagens, que se calhar enganou-se naquilo que foi um compromisso ou não estava atento aquilo que foi um compromisso ou pelo menos foi uma palavra dita na última reunião que o senhor presidente da Câmara teve com os presidentes de Junta, relativamente à negociação do Protocolo de Transferências para as Obras e Melhoramentos do Parque Escolar. Houve um senhor presidente da Junta que disse: “*Meus amigos, isto é uma negociação por unanimidade, é ou não é?*”. Estão aqui alguns senhores presidentes de Junta que assistiram a esse facto, está aqui o senhor presidente da Junta que o disse, de facto foi por unanimidade que se chegou, mas aqui a senhora deputada do PS, vem dizer com grande euforia, com grande, digamos pompa e circunstância que o senhor presidente da Câmara vai aumentar as transferências para as Juntas, relativamente a este protocolo em 25%. Esta negociação foi feita depois da aprovação do orçamento em reunião de câmara, primeiro ponto. Segundo ponto, o senhor presidente da Câmara chegou à reunião dizendo que queria reduzir as competências, a proposta era reduzir as competências, para dar menos trabalho aos presidentes de Junta, reduzia as competências, tirava algumas situações no caso, eletrodomésticos, reparações e a situação da rede



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

elétrica. E, parece que toda a gente estava aí de acordo e mantinham os mesmos valores, portanto não havia aumento, quer dizer havia, porque fazíamos menos coisas e tudo bem. Depois, de haver uma intervenção, que não é preciso dizer de quem, relativamente a discordar um pouco desta situação, porque estamos numa época de aumento de transferências, de corresponsabilidade de todos agentes neste processo, o senhor presidente da Câmara propôs 10%, não foi 25% senhora deputada, foi 10%. Foi contraposto um valor de 30%, que seria o razoável e então sim chegou-se a uma unanimidade de 25%, mas a proposta não foi só do senhor presidente da Câmara, a proposta foi porque houve, digamos uma sugestão efetiva e real da necessidade aumentasse 30% e depois então numa negociação claro que se aceitou um valor de 25%, que acho que é um valor razoável, é uma proposta conjunta senhora deputada. É uma proposta conjunta, de todos, não foi do senhor presidente da Câmara, porque a história diz que não foi, porque ele senão chegava lá e dizia assim: *"Meus amigos, eu proponho um aumento de 25%"*, isto é que seria a proposta do senhor presidente da Câmara, sim, não foi, portanto, as coisas tem que ser corretas, não pode ser aqui dá imagem que as coisas são de uma determinada coisa e não são, as coisas são como são. E, relativamente há situações das transferências para as Juntas de Freguesias, é preciso notar que elas estão muito aquém efetivamente daquilo que são as reais necessidades, porque já na última negociação, foi dito que em 2009, as Juntas todas tiveram um corte de 20%, relativamente ao que era as transferências. Só para ter uma ideia, a freguesia de Silves na altura tinha 30 e tal % e depois passamos a receber 24%, portanto houve um corte de 20% nas transferências para as Juntas, por causa da crise, por causa de um conjunto de situações e nós presidentes de Junta assumiram, tem que ser, é para todos, tem que ser, tudo bem. Nas últimas negociações conseguiu-se uma negociação que esteve bem melhor, já nos aproximamos dos valores, não era aquilo que foi sugerido, mas estamos aproximar de valores que repunham apenas, atenção que é preciso perceber que repunham em parte os valores que nos tinham sido cortados, portanto é preciso perceber que a câmara não está a fazer nada de extraordinário, ainda não chegou sequer aos valores anteriores a 2009 e anteriores, não chegou. Apesar de tudo as transferências do Governo Central para a Câmara Municipal tenha aumentado significativamente nestes anos, ou seja, neste momento estão superiores aos valores de 2009, mas não houve da parte do executivo camarário nenhuma iniciativa para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aumentar nem que fosse ligeiramente esses valores, pelo menos para fazer o maior equilíbrio naquilo que seria alguma justiça sobre o assunto. Há com certeza as palavras dos senhor presidente da Câmara, a dizer não depois nós damos os materiais e é preciso muitos materiais, mas vamos ver lá uma coisa, tudo bem, não estou a dizer o contrário, embora os materiais a gente sabe muito bem que às vezes eles tem dois pesos e duas medidas, quer dizer eles balanço conforme algumas circunstâncias. Em todo o caso não são, embora em alguns casos com certeza que serão muito necessários e eu nem ponho em causa essa situação, aliás porque fui o primeiro a pedir transparência neste processo, portanto a União de Freguesia se tiver mais materiais do que os outros, não tenho o problema possivelmente foi porque havia mais necessidade de obra e a Câmara atribui mais materiais a esta União de Freguesias, não tenho problemas em relação a isso, mas haja transparência sobre o processo. Eu não tenho medo à transparência, absolutamente nenhuma. Agora, mas não é justificativo que seja pelos materiais, não é. Acho que era justo e os vereadores do PSD, na Câmara Municipal, deram essa sugestão de que houvessem aqui uma retificação a destes valores. Eu sei que daquilo que ficou combinado vamos ter uma retificação desses valores, em função da inflação ou de um indicador que ficou combinado no último protocolo feito, portanto, vai haver aqui um ajuste e a gente vai-se contentar, vamos ter que nos governar com isso, mas efetivamente a Câmara podia ter ido um pouco mais além nesse processo e portanto há que refletir. Eu só vim cá, porque é importante pôr as coisas, às vezes dizem certas coisas e parecem que são verdades, mas é preciso ir ao fundo das questões.» -----

----- Intervenção da Sra. Eduarda Ferreira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado aumentou ou não aumentou? Aumentou, as negociações são mesmo assim uma parte presta um valor, a outra parte presta outro e a verdade é que aumentou e esse valor vai sair do orçamento. Depois de uma análise ao orçamento propriamente dito, cabe-nos agora emitir uma opinião quanto ao Plano Plurianual de Investimentos. Perante o documento, podemos concluir que se trata de um plano ambicioso porque aposta não só na diversidade de investimentos, como também apresenta intervenções estruturais em muitos edifícios essenciais para o concelho de Lousada. A título de exemplo destacamos a contínua reformulação da rede viária nas mais diversas freguesias, as obras nas Escolas EB 2/3, Auditório,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Biblioteca, Pavilhão Municipal e habitações sociais, entre tantos outros investimentos importantes para o concelho. Face à crítica dos senhores vereadores que não existe visão futura, recusamos esta crítica. Aliás, nos últimos anos têm sido a prova de que existe esta visão de futuro e perspetiva a longo prazo, com investimentos, que mesmo muito contestados no início, passaram a fazer parte do sucesso de Lousada e parte integrante de Lousada. Mais uma vez, não podemos ter "sol na eira e chuva no nabal", não sendo correto criticar investimentos com grande impacto futuro e ao mesmo tempo criticar a alegada ausência desta visão. Se nos é dito "tenham coragem e construam o pavilhão multiusos", nós devolvemos a questão dizendo que "tenham a coragem" para quantificar o valor monetário das vossas propostas e onde é que poderemos ir buscar esse dinheiro, porque só assim é que fazemos uma análise séria e ponderada. Porventura fariam o que municípios vizinhos da área, enfim da cor política aqui da nossa oposição estão neste momento a fazer que é aplicar derrama e retirar os benefícios anteriormente aplicados às famílias nomeadamente no IMI. Acreditamos que o esforço financeiro desta autarquia é substantivo, até porque a maioria dos investimentos propostos pelo PSD em reunião de câmara já vinham contidos neste PPI por proposta do executivo do PS e muitos outros foram anunciados nessa reunião de câmara e que já mereceram o devido destaque até nos meios de comunicação social. Em jeito de resumo, este é um Plano de Investimentos que irá trazer melhorias a Lousada, com investimentos já anunciados de grande vulto e a possibilidade futura, caso haja financiamento comunitário, de continuarmos a desenvolver de forma rigorosa e sustentável o nosso concelho.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Pedro Mendes, embora provavelmente ainda vai falar hoje aquando do ponto do IRS, mas também tem que ver aqui com as receitas e está efetivamente ligado ao orçamento e à eventual redução de IRS. Quem nos dera! Será que a oposição tem uma visão assim tão restrita do que é governar que se limita apenas a dar tudo e mais alguma coisa? Aliás, aqui o Dr. José Gonçalves acusou-me de prometer tudo a todos. Vocês, pelos vistos, davam tudo a todos. Tudo o que fosse benesse era para dar e tudo que fosse obra era para fazer. E qual seria a solução milagrosa? Ninguém percebe! Porque é impossível... Relativamente ao IRS é evidente que é desejável que no futuro se possa ir um pouco mais além na redução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Haja, para isso, condições orçamentais! Mas lembro-vos que somos dos poucos municípios aqui do distrito do Porto que temos essa redução e estamos já aqui a fazer um esforço grande de redução de receita. E, a esse nível as famílias lousadenses podem estar satisfeitas, porque temos o nível de impostos quase no mínimo, o que nos falta para ter mesmo no mínimo, é só essa questão do IRS e eventualmente ainda aquela questão do IMI para as famílias com um dependente ou dois dependentes. E não nos resta mais nada para prescindir. Eu ouvi aqui dizer que não é o vosso orçamento. Claro que não é o vosso orçamento, fomos nós que o fizemos e que o apresentamos, mas fica a ideia também de que não concordam com aquilo que nós nos propomos fazer, embora pelo menos os senhores vereadores na reunião de câmara disseram que não está em causa as propostas que nós apresentamos, portanto subentendo que até concordam com as nossas propostas de realização de obra. Mas se assim é, se concordam com estas propostas, como é que nós teríamos espaço para fazer mais. Qual é a vossa varinha de condão que nos permite solucionar esse problema? Não existe ou então existe, aliás eu referi isso na reunião de câmara. É fácil, é pôr os impostos no máximo ou então esgotar a capacidade de endividamento e quem vier que feche a porta. Agora o nosso posicionamento nunca foi esse é vamos mantê-lo. Temos resistido sempre a essa tentação, sempre abdicamos disso e fomos a eleições de cabeça erguida com sentido de responsabilidade e com obra feita. E, para mim é completamente demagógico dizer-se: *“Bom, vou estruturar ainda melhor a despesa corrente. Podiam cortar na despesa com pessoal ou outra despesa corrente”*, mas em quê concretamente? Especifiquem! No pessoal não podemos. Aliás é muito falacioso estarem a comparar despesas de pessoal da Câmara de Lousada com outras, porque nós temos já o acordo de colaboração com o Ministério de Educação que influencia determinantemente o peso da despesa de pessoal no orçamento. Os outros municípios vão acabar por ter também mais despesas com pessoal, com este pacote de transferências de competências e portanto a esse nível até é previsível que aumente, porque vêm aí outras áreas. Já demos provas e foi aliás a principal solução que tivemos para superar este período difícil de crise, foi cortar em tudo que era possível cortar na despesa corrente e foi aí que apareceu por exemplo aquele projeto pioneiro dos LED’S. E, a esse nível não creio que seja possível fazer muito mais do que aquilo que fizemos. Fica essa satisfação de felizmente estarmos agora ao fim de nove



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

anos com o mesmo nível de receita que tínhamos em 2010. Agora nunca nos podemos esquecer do esforço que tivemos que fazer, das realizações que deixamos de fazer sobretudo ao nível da conservação e por isso é que agora é preciso investir muito por exemplo na rede viária e ainda bem que o atual governo está a cumprir um compromisso que assumiu com os municípios de pôr em plena prática a Lei das Finanças Locais e no fundo a fazer essas ditas compensações. O aumento de receita real no próximo ano, não é, acho eu que não vai ser, antes fosse de um milhão quatrocentos mil euros. Conforme já aqui foi referido, há aqui uma mera previsão em função daquilo que foi o histórico dos últimos anos de IMT. São regras orçamentais, mas não quer dizer que ao nível do IMT, vá haver um aumento como houve nos últimos anos. Quem dera que sim, até porque isso também é sinal da vitalidade económica do concelho, é sinal de que a economia está a mexer e de que há muitas transmissões, que há muito investimento, quem dera que em 2019 assim seja e que de facto essa expectativa de receita de IMT se concretize. E, dizia que a esse nível não há muito mais a fazer e em termos de receita real aquilo que está previsto são setecentos e tal mil euros de transferências diretas do Estado, mas no próximo ano haverá outra tranche. O que está previsto é que em três anos consecutivos se reponha esse aumento de transferências do estado para os municípios. Relativamente à taxa de cobertura de saneamento essa questão já foi falada na última Assembleia. Creio que o Dr. Pedro Mendes não esteve nessa Assembleia. O que eu disse e tenho dito em outras Assembleias é que relativamente à água já há alguns anos que cumprimos as metas europeias, aquilo que nos falta fazer são coisas muito pontuais que por uma circunstância ou outra foram ficando para trás, muitas das vezes por falta de um interesse efetivo das pessoas em se ligar, ou pelo facto de o investimento ser dificilmente recuperável. Estou a lembrar-me de uma ou duas obras em Meinedo que vão avançar agora, porque as pessoas estão mesmo a precisar, mas são coisas muito pontuais. E, no que respeita ao saneamento, com este grande investimento que estamos a ultimar de cerca de dois milhões de euros ficaremos com o problema praticamente resolvido. Ainda bem que o fizemos, porque aquilo que se perspetiva é que não haja mais Fundos Comunitários para água e saneamento, ou melhor haverá apenas para renovação das redes. Temos algumas redes com mais de vinte ou trinta anos. Aliás, algumas delas, estão a dar muitos problemas e já temos intervenções programadas a curto prazo. Estou a referir-me a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

uma derivação do reservatório de Boim que abastece Meinedo onde sobretudo no verão temos tido graves problemas de abastecimento de água e que urge resolver e mais dois ou três que já foram identificados e que vão ser resolvidos de imediato. Estamos a desenvolver um plano de renovação das redes. E, portanto dando-lhe os valores de 2017, nós tínhamos ligados à rede de abastecimento de água 13.485 pessoas e de saneamento 11.337 num universo de 16 mil e tal fogos. Relativamente à intervenção do senhor presidente de Junta Dr. Fausto, eu não queria reduzir as competências. Quando nós entramos num processo deste tipo, temos que fazer negociação e se eu tivesse proposto 30%, vocês legitimamente iam dizer que era pouco e era preciso 60%. E, portanto eu fiz uma proposta séria, porque da auscultação permanente que fazemos aos presidentes de Junta, senti que havia alguma preocupação nessa área que consome grandes recursos e tive o cuidado de ver qual seria a despesa associada a essa questão dos eletrodomésticos e das instalações elétricas, não fizemos as contas para todas as freguesias, mas fizemos uma amostragem de cinco freguesias, onde se incluía a sua, e chegamos à conclusão de que essa componente correspondia a cerca de 25%. Acredite, mas posso-lhe mostrar as contas. E, portanto como não foi do agrado das pessoas, chegamos por outra via ao mesmo resultado e portanto permite-me considerar que a proposta foi minha e acabou por ter a aceitação unânime de todos os senhores presidentes de Junta. Relativamente à outra questão do outro protocolo, esse protocolo foi aprovado por unanimidade por um mandato e é válido por quatro anos e no próximo mandato, acho que vai haver condições para nós repormos os valores de então. Relativamente, à intervenção do Dr. José Gonçalves, eu apetecia-me ler a ata da reunião de câmara, porque basicamente o que o Senhor fez aqui foi reproduzir a ata da reunião de câmara e portanto as minhas respostas estão lá também. Acho que por uma questão de respeito pela Assembleia não o vou fazer. Acho que é muito pouco para um assunto tão importante vir aqui à Assembleia Municipal fazer o resumo do que se passou na reunião de Câmara, mas é a minha opinião. E, portanto se há aqui falta de visão, se há aqui falta de estratégia, se há aqui, enfim, algum “*bolor*”, não é do nosso lado, seguramente. E, portanto basicamente o que eu disse na reunião de câmara é que relativamente à questão da posição antidemocrática, quem me conhece sabe que isso não corresponde à verdade. Quando eu digo que a auscultação é permanente, é mesmo permanente. Nem sempre nós conseguimos resolver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

os problemas, mas fica registado, fica sinalizado o interesse e logo que possível procuramos resolver. E, por vezes, os problemas até se conseguem resolver sem necessidade de esperar pelo próximo orçamento e isto é válido para os senhores presidentes de Junta, para os senhores vereadores da oposição e para a população em geral, quando nos colocam determinados problemas. Como digo, podemos não ter soluções imediatas, mas procuramos logo que possível resolver e criar condições para resolver os problemas e este orçamento acaba por traduzir essa auscultação. Grande parte das nossas propostas seguramente também serão propostas ou ideias que vocês partilham. Agora, como costume dizer, o orçamento não é elástico e para nós lá incluirmos outras propostas, nomeadamente obras que vocês propuseram, teríamos que abdicar destas que estamos a propor realizar ou então, como disse, recorrer a uma daquelas duas alternativas que é o aumento de impostos ou então esgotar a capacidade de endividamento. Relativamente à rede de IP, disse na reunião de Câmara que metade do problema já vai ser resolvido, pelo menos do ponto de vista orçamental este ano, mas em termos de execução de obra talvez não, porque a EDP está com algumas dificuldades, porque são muitos pedidos, mas se não for resolvido este ano, no início do próximo ano vai ser resolvido e isso tem o devido cabimento orçamental. Relativamente, à questão do Estatuto do Direito da Oposição, também expliquei isso na reunião de Câmara. Acho que é um absurdo ser possível aprovar aqui na Assembleia Municipal no mês de novembro ou dezembro o orçamento, mas em reunião de Câmara termos que aprovar em outubro. Há municípios que arriscam e não levam o assunto em outubro. Mas não queremos pôr-nos a jeito de problemas com inspeções e acho que não há necessidade disso e então para cumprir a formalidade fizemos a proposta na última reunião de Câmara de outubro. Só que isso determina uma limitação muito grande, porque normalmente o Orçamento de Estado não está sequer ainda aprovado. Conhece-se apenas a proposta e temos trabalhado com o que existe, com essa proposta. E, portanto não há mesmo tempo para fazer reuniões com a oposição. Portanto, o compromisso que eu assumi, foi de, após cumprirmos a formalidade de aprovar o orçamento em outubro, fazermos alterações a seguir, aditando ou retificando a primeira proposta. Aliás, acabou por acontecer, embora não se tratando de situações que os senhores vereadores tenham proposto. Nós próprios fizemos duas alterações e era perfeitamente possível, estávamos em tempo de o fazer e aquilo que digo com toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

convicção é que mais importante que cumprir uma formalidade, é haver uma auscultação permanente. Cumprir a formalidade é fácil, marca-se a reunião e ouve-se e está feito. E, portanto acho que as pessoas merecem respeito e consideração e as coisas não devem ser feitas com esse espírito. E, não é pelo facto de fazer mais uma reunião, ou menos uma reunião, que estamos a desconsiderar a oposição. O mais importante é ter em consideração a auscultação que é feita durante todo o ano, durante todos os 365 dias, nomeadamente aos senhores presidentes de Junta. Relativamente ao facto do orçamento ser inferior aos anos transatos, é uma falsa questão. Eu também disse isso na reunião de Câmara. Estamos a falar de dotações iniciais que vão ser reforçadas. Por exemplo, no ano passado, no início prevíamos a despesa de capital de sete milhões oitocentos e oitenta e sete mil euros e acabamos o ano com dez milhões trezentos e trinta e nove euros e em dois mil e dezanove vai acontecer o mesmo, porque entretanto há candidaturas que estão apresentadas, mas que ainda não estão aprovadas e enquanto não estiverem aprovadas não podem ser consideradas e seguramente o valor vai ser muito superior a esta dotação inicial, mas as regras assim o determinam que tem que constar este valor e não pode ser outro. Quem me dera que me faltasse fazer apenas aquela meia dúzia de propostas que foram ali referidas e que constam do meu programa eleitoral. Tinha o mandato quase feito e há muitas outras coisas a fazer e nós estamos ainda em finais de 2018. Esse timing é o nosso, somos nós que o temos que gerir e julgo que vamos ter condições para o cumprir, pelo menos naquela parte que depende de nós, cumprir aquilo que foi a proposta que apresentamos aos lousadenses. E, já expliquei isso na reunião de Câmara, que alguns projetos estão a ser trabalhados. É o caso da Casa da Juventude, o caso das creches que apesar da solução não estar na nossa mão, temos envidado esforços e diligências junto do senhor Ministro para se resolver o problema e fomos muito bem recebidos a esse propósito. Sobre a Pista de Pesca já aqui falei. A questão da incubadora de empresas a mesma coisa. A questão do parque e circuitos de moinhos é uma das negociações que posso adiantar que estão a decorrer. Aliás, uma dessas negociações já estão concluídas e vão permitir-nos adquirir uma área muito interessante em Pias, onde já funcionou uma serração de madeira. Termino dizendo que estamos a fazer o nosso trabalho, ao nosso ritmo, e dentro daquilo que é possível, para que não sejam defraudadas as expetativas das pessoas que confiaram em nós.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019, com Relatório de Apresentação do Orçamento e Normas de Execução Orçamental/2019, conforme estabelece a alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o n.º 1 do art.º 44º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro.” --

----- A proposta número um foi aprovada por vinte e dois votos a favor e onze abstenções dos seguintes membros: Hugo Miguel Veríssimo Soares (em substituição de Júlia Maria Ribeiro), Maria Cândida Novais, Luciana Isabel Dias Martins (em substituição de António Filipe Barbosa), Ricardo Bessa Marques, José Manuel Gonçalves, Jorge Manuel Furtado, Cidália de Lurdes Neto, Pedro Teixeira Mendes (em substituição de António José Mendes), Alexandra de Fátima Bessa, Diogo Agostinho Aires presidente da Junta de Freguesia de Sousela e Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silveiras, Pias, Nogueira e Alvarenga.--

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- TERCEIRO PONTO: Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2019 -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Claramente, votamos favoravelmente a esta proposta, a redução do IMI para o mínimo legalmente permitido, foi uma das bandeiras do PPD/PSD Lousada, durante anos a fio, não foi só na última campanha eleitoral, muito menos na reunião de câmara de 11 de novembro, por uma questão de coerência e de responsabilidade política, o nosso voto não podia ser outro. No entanto, não podemos deixar de defender o que já aqui no ano passado dizemos e vamos dizê-lo até sermos atendidos, o município podia e devia ter ido mais longe com a introdução dos coeficientes familiares de 20€ para as famílias com um dependente e de 40€ para as famílias com dois dependentes. Aqui chegados também nos apraz dizer o seguinte: não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estamos a retirar mérito à proposta do executivo camarário de reduzir 70€ para as famílias com três ou mais dependentes a seu cargo, não, tem o seu mérito. Apesar de por um lado poucas serem as famílias com três ou mais filhos e consequentemente o seu impacto no orçamento ser bastante reduzido ou quase nulo, também não escondemos que a nossa proposta teria um outro impacto na receita do município, isso é evidente. Mas, lá está essa seria a nossa opção de uma gestão diferente, com outras políticas e a pensar nas famílias lousadenses. Neste caso alerta para 2019 está prevista uma receita adicional ao nível das transferências do Estado, tal como foi aprovado numa das últimas reuniões de câmara, uma vez mais quem fica a perder são as famílias lousadenses, pode ser que o senhor presidente da Câmara em ano de 2021, ano de eleições, os atuais argumentos do executivo para não atender estas propostas como por magia desapareçam e deixem de haver quaisquer constrangimentos para a aplicação imediata dos três coeficientes familiares por nós aqui propostos.»

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «À semelhança do que o CDS tem defendido ao longo dos últimos anos e que já defendemos nesta Assembleia, achamos que a câmara poderia pensar em introduzir os coeficientes para uma e duas famílias, aliás quando foi apresentada a Moção para introduzir os coeficientes no formato anterior em valores percentuais o defendemos. Achamos que podia ser um contributo para as famílias irem progressivamente terem mais filhos, porque três é logo impacto considerável, acho que poderia ser algo pensado e cujo impacto financeiro dos dois filhos acreditamos que não seria assim tão pesado para as contas da câmara, contudo, achamos positivo o atual coeficiente apresentado pela câmara. Votaremos favoravelmente, contudo como uma parte do trabalho da oposição ou das oposições é colocar ambição máxima naquilo que deve ser o trabalho do executivo, nós vimos aqui lançar a ambição máxima para nos próximos anos os coeficientes serem estendidos ou de forma progressiva ou de uma única vez.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Há um ano atrás, a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis já aqui foi debatida e, como sabem, para os prédios urbanos, os municípios têm liberdade para fixar a taxa de IMI entre 0,3% e 0,45% e constatamos que o nosso município fixou a taxa mínima de 0,3%, proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

esta que se mantém. Aliás, só para que possamos todos reter esta informação, ao fixar esta taxa no mínimo, o município prescinde de 1.369.800€ (um milhão e trezentos e sessenta e nove mil e oitocentos euros). Os municípios podem ainda aplicar deduções consoante a composição do agregado familiar (desconto de 20 euros por um filho, de 40 euros por dois filhos e de 70 euros por três ou mais filhos). Ora, as famílias que habitualmente fazem um maior esforço de equilíbrio no orçamento familiar são as numerosas, daí que a proposta se mantenha de uma dedução fixa de 70 euros para estas famílias. E se é certo que para as outras famílias seria agradável ter esta dedução, não é menos verdade, que 20€ no orçamento anual de uma família com um filho ou até de 40€ com dois filhos, não será assim tão expressivo, mas seria muito expressivo nas receitas do município, pelo que consideramos uma decisão ponderada e responsável. Deste modo, o município pode direccionar esses valores para outro tipo de apoios às famílias. Aliás, se assim não fosse, Lousada não teria recebido o galardão de “Autarquia Familiarmente Responsável”, atendendo a todas as medidas que preconiza para acolher e valorizar a família.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu admito que não seja fácil a oposição tomar uma posição neste assunto e que havendo aqui algo que possa ser explorado politicamente que o façam. Percebo isso, mas aquilo que eu disse na reunião de Câmara e que repito, é que mesmo do ponto de vista da justiça é questionável a vossa proposta de estender a redução a quem tem apenas um dependente. Eu julgo que quando o governo lançou esta possibilidade de haver esta dedução específica, terá sido como uma medida de proteção das famílias numerosas e um incentivo à natalidade. Mas, fazer floreios à custa dos outros é simples. Abrir a janela de oportunidade dos municípios abdicarem da sua receita, ao governo não custa nada. E o certo é que depois alguns municípios sentem-se fortemente condicionados a fazê-lo, apesar da desgraça das finanças municipais de alguns deles. Naturalmente que era simpático também prever deduções para esses agregados que têm apenas um ou dois dependentes, mas consideramos que seria muito pouco expressivo para esses agregados e muito expressivo para as finanças municipais. Estamos a falar de 20€ anuais para quem tem um dependente e 40€ para quem tem dois. Para as finanças municipais seria mais um corte considerável na receita. Se o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fizéssemos, os constrangimentos seriam cada vez maiores e depois não podíamos queixar-nos de não ter meios para ir de encontro aos anseios da população. O que eu tenho dito e volto a repetir aqui na Assembleia Municipal é que a grande vantagem e o grande ganho para as famílias é o facto de beneficiarem da taxa mínima e dos coeficientes de localização baixos que Lousada tem. Acho sinceramente que este assunto não tem a relevância que lhe querem dar e vejo isto mais nesta lógica de politiquice: “ok” há aqui esta oportunidade para nós explorarmos, vamos lá a isso. O Dr. José Gonçalves disse que em ano de eleições nós vamos abdicar. Não sei, sinceramente não sei, tomara que as condições melhorem e que de facto as receitas sejam cada vez maiores e esse cenário possa ser considerado, como outros. Mas garanto-lhe que há coisas mais importantes do que esta. Se porventura no futuro isso vier a ser considerado, será sinal de que as coisas melhoraram muito do ponto de vista da receita. Vamos ver, mas considero que para as famílias não terá uma importância tão grande quanto isso. Importante sim, volto a repetir, é o facto das famílias continuarem a beneficiar das taxas mínimas de IMI e dos baixos coeficientes de localização.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação da taxa de IMI para prédios urbanos, no ano de 2019, de zero vírgula três por cento, bem como, a fixação de uma redução do Imposto Municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2019, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de setenta euros, conforme estabelece a alínea c) do n.º 1 e n.º 5 do artigo 112.º e o n.º 1 do artigo 112-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), coadjuvado com o artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Estevão) -----

----- QUARTO PONTO: Participação variável no IRS do Município de Lousada para o ano de 2019 -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Este ponto é verdade que já o abordei na questão do orçamento como dando o exemplo daquilo que pode ser ambição máxima que o executivo poderia ter em termos de orçamentação e de perspetiva de despesa futura. E, queria clarificar que no CDS, face à atual situação orçamental acredita que se fosse reduzida de forma muito drástica poderia pôr em causa a situação financeira da Câmara, contudo, acreditamos que à medida que vai haver evolução tecnológica, à medida que a estruturação de despesa poderá ser alterada a médio e a longo prazo pode haver espaço para redução, o que queríamos dizer que quando o defendemos na campanha eleitoral e continuamos a defendê-lo, é que a Câmara deve ter ambição máxima como outras Câmaras neste país, inclusive no Norte e posso dar o exemplo Ponte de Lima, que tem a taxa, não cobram IRS e que poderão fazê-lo e que a Câmara poderá ter essa ambição de fazer a redução da taxa para que todos lousadenses possam beneficiar e sim o impacto no orçamento das famílias seria muito maior que qualquer coeficiente de IMI, qualquer taxa e esta para nós é uma medida muito mais prioritária do que qualquer outra medida no IMI que possa reduzir em termos de coeficientes.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Aqui também posso dizer que gostava que a ajuda fosse ainda maior, mas já é um grande esforço que estamos a fazer. E, dava nota de que, e certamente saberão disso, no distrito do Porto ninguém tem uma redução superior à nossa e a maioria dos Municípios até têm os 5%, ou seja, o máximo. Para além de Lousada, só mesmo Gondomar, Marco, Póvoa, Trofa e Paredes, é que têm uma ligeira redução, mas nenhum deles maior do que a nossa. Vamos ver no futuro se há condições para uma redução maior. Quem dera que sim. Mas, neste momento não é nada prudente ir mais além.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de fixar para os rendimentos do ano de dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dezanove, uma participação de quatro por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Lousada, em conformidade com o art.º 26º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, conjugado com a alínea c) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: Ricardo Bessa Marques; Jorge Manuel Furtado e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) ----

----- QUINTO PONTO: Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2019 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de dois mil e dezanove, de zero vírgula vinte e cinco por cento, a cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, conforme a alínea b), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro conjugada com a alínea f) do art.º 14º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: Ricardo Bessa Marques; Jorge Manuel Furtado e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) ----

----- SEXTO PONTO: Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019 -

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, conjugado com o n.º 4.º do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) ” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por vinte e três votos a favor e oito abstenções dos seguintes membros: Hugo Miguel Veríssimo Soares (em substituição de Júlia Maria Ribeiro), Maria Cândida Novais, Luciana Isabel Dias Martins (em substituição de António Filipe Barbosa), José Manuel Gonçalves, Cidália Lurdes Neto, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de freguesia de Sousela, Cecília Manuela da Costa Nunes (representante legal de João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas) e Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Com declaração de voto do seguinte membro:-----

----- Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Abstive-me como forma de alertar para os seguintes factos: neste momento quase 50% das receitas reais do Município são canalizadas para o pagamento de despesas com os recursos humanos. O quadro de pessoal para 2019 contemplará mais de setecentos funcionários, excluindo os que trabalham na Empresa Municipal “Lousada Século XXI”, que está muito acima da média nacional dos Municípios Portugueses».-----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: Ricardo Bessa Marques; Jorge Manuel Furtado e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) ----

----- SÉTIMO PONTO: Designação do Júri do Procedimento Concursal para Recrutamento de um Dirigente Intermédio de 2º Grau para o Cargo de Dirigente da Divisão de Assuntos Jurídicos -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de segundo grau para o cargo de dirigente da Divisão de Assuntos Jurídicos, seja composto pelos seguintes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

membros: Presidente: Eng.º José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, do Município de Lousada a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 1.º. Vogal efetivo: Dr.ª Sónia Alexandra Vieira Guedes Nunes, Chefe da Divisão Jurídica do Município de Felgueiras, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 2.º Vogal efetivo: Dr.ª Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; Membros Suplentes: 1.º. Vogal suplente: Dr.ª. Ana Carla Fonseca da Silva, Chefe da Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 2.º. Vogal suplente: Dr.ª. Cristina Maria Pires de Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Financeira do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos, para cumprimento do art.º 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro» -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: Ricardo Bessa Marques e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- OITAVO PONTO: Atribuição do Estatuto de Projeto de Interesse Municipal à empresa "Grupo Carpiairães, Lda"-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do reconhecimento do estatuto de "Projeto de Interesse Municipal" ao projeto de investimento apresentado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

pela empresa “Grupo Carpiairães, Lda.”, sita na Rua Cavalo Gordo, freguesia do Torno, bem como a concessão dos seguintes benefícios fiscais: a) Isenção total das Taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento; b) Isenção total do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um prazo de 5 anos, relativo ao prédio, sito na rua Cavalo Gordo, Freguesia do Torno, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o nº 1389/20180119, inscrito na matriz da Freguesia do Torno, com os números 693 e 1178, utilizado na atividade prevista no projeto de investimento, de acordo com a alínea c) do nº. 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, conjugado com o nº. 2 art.º 16º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro e com o art.º. 23º- A do Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 outubro, aditado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março.» -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: Ricardo Bessa Marques e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- NONO PONTO: Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2018-2027) -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Apenas uma nota que me parece importante. Vai haver uma alteração ao nível das regras da edificabilidade em espaço rural. Ninguém percebia porque é que a lei exigia exatamente o mesmo quando se queria construir numa zona florestal ou numa zona agrícola, quando o perigo de incêndio é muito diferente e portanto o que lei basicamente exigia era que houvesse um afastamento de 50 metros aos limites do prédio que invisibilizava muitas das pretensões. Com este plano foi possível criar regras diferentes desde que naturalmente se respeite a carta de perigosidade. Se for uma zona de risco elevado ou muito elevado, é impossível construir. Mas se esse risco não existir e se se tratar de uma área que não seja florestal, os limites podem ser reduzidos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

10 metros, o que permite outro tipo de solução que não existia até então. Estas regras vão ter efeitos muito positivos na vida de algumas pessoas.» --

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: «A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, em cumprimento do n.º 10.º do art.º 4.º do despacho n.º 443-A/2018, do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, de 5 de janeiro.» -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- DÉCIMO PONTO: Aprovação dos Investimentos Previstos no Empréstimo a MLP no valor de 990.734,52€ -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Isto é uma formalidade, a meu ver desnecessária, porque esta Assembleia já aprovou o empréstimo por unanimidade e no próprio PPI está subentendida a autorização, mas o Tribunal de Contas exige esta formalidade. Há aqui uma variação de valor que nós não vamos contraturalizar. Parte das obras estão feitas, pelo que reduzimos apenas para aquilo que não tem execução financeira. São os tais novecentos e noventa mil euros e dá-nos outra margem no próximo empréstimo de irmos mais além, compensado este diferencial.»-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do seguinte teor: «A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a discussão e a autorização prévia dos investimentos: PPI - 27/2013 - Redes Complementares Águas Residuais Setor II; PPI - 47/2016 - Conclusão do Subsistema de Drenagem de Águas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Residuais Bacia do Mesio; PPI - 45/2016 - Conclusão das Redes de Águas Residuais Bacia do Vizela; PPI - 25/2017 - Requalificação da Escola Básica Lousada Centro e PPI - 26/2017 - Beneficiação da Escola Básica e Secundária Lousada Este (Caíde de Rei), identificados na contratação do empréstimo a médio/longo prazo no valor de 990.734,52€ (novecentos e noventa mil, setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), uma vez que ultrapassam dez por cento das despesas de investimento previstas no orçamento para o exercício, em cumprimento do n.º 2 do art.º 51.º da Lei nº 73/2015 de 03 de setembro» -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Aprovação da Minuta do Contrato-Programa para o Ano de 2019 a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M.- Sociedade Unipessoal LDA -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dez do seguinte teor: «A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da minuta do contrato-programa para o ano de 2019, a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda. nos termos do n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto» -

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO: Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M.- Sociedade Unipessoal LDA – Instrumentos Previsionais para o ano de 2019 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Instrumentos Previsionais para 2019 da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA”, nos termos e para efeitos do consignado no art.º 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela lei n.º. 69/2015, de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA – Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 1.º Semestre de 2018 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de execução orçamental e financeira do 1.º semestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas EM, Sociedade Unipessoal, Lda, nos termos e para efeitos do consignado no n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA – Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 3.º Trimestre de 2018 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de execução orçamental e financeira do 3.º trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas EM, Sociedade Unipessoal, Lda, nos termos e para efeitos do consignado no n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lei nº. 69/2015, de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO: Documentos Previsionais da
Associação de Municípios do Vale do Sousa para o ano de 2019 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou
conhecimento dos documentos previsionais para o ano 2019 da Associação
de Municípios do Vale do Sousa, conforme estabelece o n.º 3.º do art.º 30.º
dos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Sousa. -----

----- NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia
de Vilar do Torno e Alentém e Carlos Pedro Teixeira Moreira presidente da
Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica
apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: Maria
Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais e Armando da Costa Silva,
presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Eram vinte e zero horas e trinta e minutos quando foi dada por
encerrada a sessão.-----

A MESA

